

Relatório e Contas

2015

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL DE 31 DE MARÇO DE 2016

Conteúdo

I. Mensagem da Presidente	2
II. A Agência	3
Introdução	3
Estratégia e Posicionamento	3
Desafios e Resultados em 2015	4
Governo da sociedade	6
Estrutura Orgânica	7
Estrutura Acionista	9
III. Relatório de Gestão	10
Atividade desenvolvida	11
▪ Institucional	11
▪ Editorial	14
▪ Produção	15
▪ Agenda	19
▪ Atividade comercial	19
▪ Comunicação e Marketing	23
▪ Inovação/modernização	23
▪ Recursos humanos	24
Análise econômica e financeira	27
Pendências Judiciais	32
Proposta de aplicação de resultados	33
IV. Demonstrações Financeiras	34
V. Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015	42
VI. Cumprimento de orientações legais	80
VII. Grelha de práticas de boa governação societária	92
VIII. Relatório e parecer do Conselho Fiscal	102
IX. Certificação legal de contas	103
X. Ata do Conselho de Administração	104

I. Mensagem da Presidente



O ano de 2015 foi um ano de continuidade. Foi o último ano do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado com o Estado em 21 de Dezembro de 2012, para vigorar no triénio 2012-2015.

Todo o triénio foi fortemente influenciado pela redução do valor da indemnização compensatória (IC) paga pelo Estado como contrapartida à prestação de serviço público. De um valor de IC de 15,5 milhões de euros em 2012, passou-se para 10,7 milhões de euros em 2013, ou seja uma redução de 31,3%.

Este corte drástico nas receitas, e não obstante as medidas de racionalização de custos e dos esforços comerciais, implicaram a contenção no número de efetivos, cuja redução havia sido iniciada em 2010, com evidente impacto nas redes nacional e internacional. Mesmo assim, e fruto do esforço de TODOS quantos trabalham na Lusa, o impacto na produção foi menos de metade, em termos percentuais, se comparado com a redução das receitas providas do Estado. Também a crise no setor dos media, os principais clientes da Lusa, levou a que só em 2015 as receitas próprias ultrapassassem os resultados obtidos em 2012, permitindo à Lusa regressar aos resultados operacionais positivos.

Assim, o ano de 2015 foi também o ano de preparação para a mudança. Alterações na estrutura, nos procedimentos, na inovação dos produtos e na abordagem ao cliente. É deste trabalho, que tem estado a ser desenvolvido, que se esperam frutos em 2016.

Apresentar o Relatório e Contas de 2015 e fechar este triénio representa um passo em direção ao futuro, futuro esse que se avizinha com enormes desafios. Continua a viver-se uma crise económica nos órgãos de comunicação social em geral, os valores dos subsídios do Estado não voltarão a ser os valores de há 3 anos atrás, o paradigma da forma de consumir informação continuará a ser uma interrogação, ou seja, o "mundo mudou" mas a Lusa, a única agência de notícias em Portugal, sabe que tem o seu espaço conquistado, que é a base da informação das notícias neste país, bem como a base da informação para os países de expressão portuguesa e para as comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo.

Os nossos clientes são nossos clientes exatamente porque reconhecem e respeitam o ADN da Lusa: Independência, rigor, pluralidade, fiabilidade e tempestividade da informação.

Apesar de os resultados do exercício de 2015 terem sido influenciados por um ano particularmente difícil, cujos contornos encontrarão detalhados neste Relatório, hoje já estamos em 2016 com a convicção, e a audácia, de quem acredita que a Lusa é, e continuará a ser, uma empresa de referência no setor dos media em Portugal.

II. A Agência

Introdução

O Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S. A. (Lusa) cumpre o dever de relatar a gestão e apresentar contas do exercício de 2015 que, através do presente relatório, submete aos órgãos competentes da sociedade.

Este Conselho tomou posse na reunião da Assembleia Geral da Lusa em 19 de janeiro de 2015, tendo sido nomeado para o triénio 2015-2017. Foi-lhe incumbida a missão de modernizar a Agência e de recuperar algum do terreno que esta perdeu nos últimos anos, fruto das dificuldades que o País atravessou, mas também de iniciar um novo ciclo e um esforço adicional para dar resposta às necessidades do presente e aos desafios do futuro para a comunicação social em Portugal mas também no Mundo.

Em 2015 continuou em vigor o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado com o Estado em 21 de dezembro de 2012, para o triénio 2013-2015.

Tal como havia ocorrido em 2014 e em 2013, o exercício de 2015 continuou a ser fortemente influenciado pela redução de 31,3% no valor da Indemnização Compensatória (IC) face ao triénio anterior. Nesse sentido o Conselho de Administração manteve o orçamento que havia sido delineado pelo anterior Conselho.

Estratégia e Posicionamento

Missão

A Lusa, como única agência de notícias portuguesa de âmbito nacional, tem como objetivo a recolha e tratamento de material noticioso ou de interesse informativo, a produção e distribuição de notícias a um alargado leque de utentes (media nacionais e internacionais, empresas e instituições diversas de carácter público e privado) e a prestação ao Estado Português de um serviço de interesse público relativo à informação dos cidadãos.

Objetivos

Afirmar a importância nacional e internacional da Lusa, ajustando qualitativamente os seus serviços e a sua presença no território nacional e no espaço lusófono, no âmbito da circulação democrática e plural da informação noticiosa e no da defesa dos interesses estratégicos externos do Estado Português.

Valores

Além do interesse público, os princípios que orientam a produção noticiosa da Lusa são: a clareza – facilmente inteligível; o rigor – equilíbrio, separação entre fatos e opiniões, identificação das fontes; isenção – autonomia, distanciamento e independência perante os fatos e opiniões divulgados; a pluralidade – neutralidade perante as forças políticas, neutralidade e equilíbrio dos conteúdos emitidos, representação das forças e correntes políticas, ideológicas, culturais, sociais e religiosas existentes na sociedade; a fiabilidade – garantia de confiança; e a tempestividade da informação – produção e divulgação da informação quase em simultâneo com o tempo próprio da sua ocorrência.

Desafios e Resultados em 2015

O ano de 2015, sendo o primeiro ano do mandato da nova Administração, foi o ano em que se procurou conhecer a empresa, tendo-se identificado algumas áreas com clara necessidade de “olhar de forma diferente” para a casa “Lusa”.

Fruto dessa análise, foi efetuada uma mudança estrutural na organização da empresa que teve por objetivo a procura de maior eficácia e eficiência da Agência. Dessas alterações se dará nota no ponto “Estrutura Orgânica”.

Dentro das medidas de reestruturação foi decidida a venda de um apartamento em Macau, propriedade da Lusa e que nos últimos anos servia apenas como residência do delegado naquela região. O produto dessa venda, contrariamente ao inicialmente previsto, acabou por reverter para o pagamento de IRC relativo aos anos de 2011 e 2012, inconformidade resultante de uma inspeção realizada pela Autoridade Tributária em 2015.

Também a decisão do Conselho de Administração de realizar, através de auditores externos, um “exame simplificado às contas” resultou nalgumas inconformidades relativas à relevância contabilística de factos que deveriam ter sido registados em 2010 e 2011.

Dos assuntos acima mencionados será dada nota nos pontos 5., 6., 8. e 28. do Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2015.

O ano de 2015 foi igualmente um ano de negociação do novo contrato com o Estado para 2016-2018.

Relativamente à atividade operacional da empresa, são de salientar os esforços comerciais desenvolvidos que se traduziram num aumento de 7% nas receitas próprias face a 2014.

Os custos relativos a Fornecimentos e Serviços Externos mantiveram-se em linha com 2014 e com o orçamentado para 2015. Quanto aos custos com pessoal também estiveram no patamar de 2014, tendo ficado um pouco abaixo do orçamentado para 2015.

No âmbito da produção de conteúdos deve registar-se, também, que a Lusa cumpriu as obrigações de serviço público inscritas na Cláusula Quarta do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado com o Estado, relativamente à produção do serviço global em notícias de texto, áudio, fotos e vídeo.

A Lusa manteve o seu papel como um importante fator de afirmação da Língua Portuguesa no Mundo, pela afirmação da presença da Agência no espaço da Lusofonia e nos países onde essa presença é exigida por força do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público.

Em 2015, a Lusa candidatou-se ao projeto da Google “Digital News Initiative”. Já em 2016, a 23 de fevereiro, a Lusa foi informada que o seu projeto “Digital News Hub for the Portuguese Speaking World” tinha sido aprovado.

Próximos desafios

Em 2016 são vários os desafios que se colocam à Lusa: por um lado a frágil situação económica em muitos dos órgãos de comunicação social, os nossos principais clientes e consequente previsão de perdas importantes em receitas próprias; por outro lado a necessidade absoluta de modernização estabelecendo um novo posicionamento para a Agência.

Este reposicionamento parte da reafirmação incondicional do serviço público informativo da Lusa e da defesa da rede nacional, que é a sua espinha dorsal, mas passa também pelo redesenho e reforço da rede internacional, pelo acompanhamento dos novos mercados estratégicos para o país, pela criação de novas ferramentas digitais e pela oferta de novos serviços que fomentem as receitas próprias da empresa, assegurando-lhe um futuro saudável enquanto projeto jornalístico; finalmente o rejuvenescimento do Recursos Humanos, através de novas contratações mas também, e sobretudo, maior investimento em capacitação.

O último desafio, e nem por isso o menos relevante, será o reforço e a criação de novos controlos internos, nas áreas de suporte ao negócio, que permitam à Lusa maximizar o retorno da capacidade operacional dos seus recursos, quer humanos, quer técnicos, que fazem já parte da Agência.

Os trabalhadores têm orgulho na sua Agência e trabalham claramente empenhados no reforço da marca, LUSA, para a qual e da qual fazem parte. Os trabalhadores da Lusa são “o capital” da empresa.

Governo da sociedade

Órgãos Sociais 2015-2017

Mesa da Assembleia Geral

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Presidente	Elsa Maria Roncon Santos	19.01.2015	2015-2017
Vice-Presidente	António Manuel Simões da Silva	19.01.2015	2015-2017
Secretário	Rita Maria Góis de Carvalho	19.01.2015	2015-2017

Conselho de Administração

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Presidente	Maria Teresa Prata Macias Marques	19.01.2015	2015-2017
Vice-Presidente	João Manuel Pintado Silveira Lobo	19.01.2015	2015-2017
Vogais não executivos	Luís Paulo Mah Silva	19.01.2015	2015-2017
	José Carlos Barbosa Lourenço	19.01.2015	2015-2017
	Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	19.01.2015	2015-2017



Conselho Fiscal

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Presidente	Rui Filipe de Moura Gomes ⁽¹⁾	19.01.2015	2015-2017
Vogal	Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	19.01.2015	2015-2017
Vogal e ROC Efetivo:	Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus, ROC n.º 1338	19.01.2015	2015-2017
Vogal e ROC Suplente:	António Magalhães & Carlos Santos, SROC N.º 53, representada pelo Dr. António Monteiro de Magalhães, ROC N.º 179	19.01.2015	2015-2017

⁽¹⁾ Renunciou ao cargo a 28/07/2015

Estrutura Orgânica

A organização da empresa está centrada na produção de conteúdos noticiosos, em torno de editorias, delegações e correspondentes, enquadrados pela Chefia da Redação e pela Direção de Informação.

A Lusa tem a Redação central em Lisboa, um escritório no Porto, jornalistas residentes na grande maioria das capitais de distrito, delegações no estrangeiro, nomeadamente na Europa em Bruxelas e em Madrid, nos PALOP's em Cabo Verde, Guiné, Angola e Moçambique e na Ásia uma sucursal em Macau e uma delegação em Timor Leste.

A Lusa conta também com uma rede de correspondentes, quer a nível nacional, cobertura de todo o território nacional, quer a nível internacional, em cerca de 30 países de todo o mundo.

A macroestrutura orgânica da empresa assenta no Presidente do Conselho de Administração (PCA), que é simultaneamente o Administrador-delegado, a quem compete a coordenação da atividade geral e a direção das relações institucionais e internacionais.

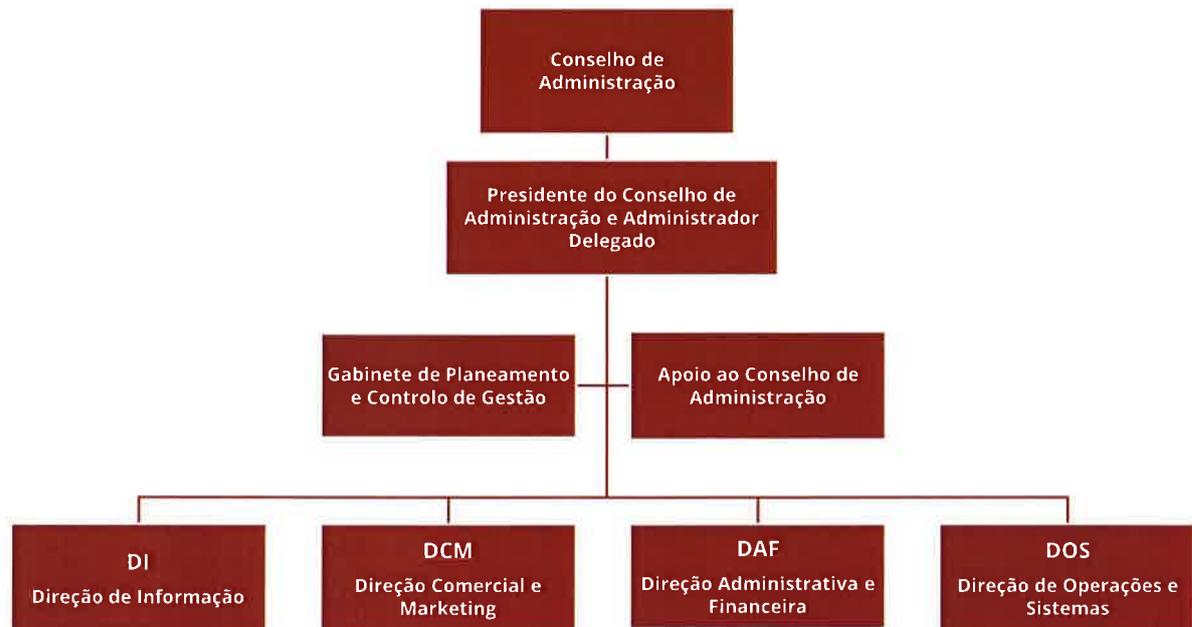
Durante o ano foi sendo analisada a estrutura orgânica da empresa e foram identificadas algumas áreas com clara necessidade de reestruturação. De notar que, fruto do corte de 31% das receitas provenientes da indemnização compensatória para os anos de 2013-2015, as estruturas e órgãos de apoio viram-se significativamente reduzidas. O tempo veio a demonstrar que essa redução não era exequível numa empresa com a responsabilidade, posicionamento e dimensão da Lusa, única agência de notícias em Portugal.

Como resultado dessa análise, no dia 1 de setembro, foi anunciada uma mudança significativa na estrutura da empresa que teve por objetivo a procura de maior eficácia e eficiência nas várias áreas da empresa.

Os órgãos de estrutura de primeira linha passaram então a enquadrar quatro direções operacionais e duas estruturas de apoio:

- Informação, que assegura a produção de conteúdos noticiosos;
- Comercial e Marketing, que promove a venda de serviços e a sua imagem;
- Administrativa e Financeira, que reúne as funções de contabilidade, tesouraria, e recursos humanos;
- Operações e Sistemas, que controla a gestão dos sistemas de informação e restantes áreas operacionais;
- O Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão, que através da produção de informação de gestão assegura um melhor planeamento e controlo na gestão das diversas áreas da empresa;
- O apoio ao Conselho de Administração, que inclui o apoio administrativo a todos os órgãos sociais da Empresa.

Organograma

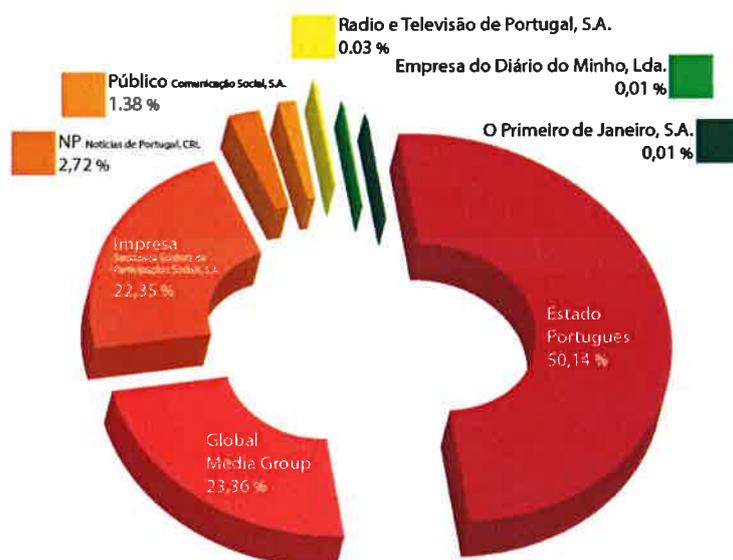


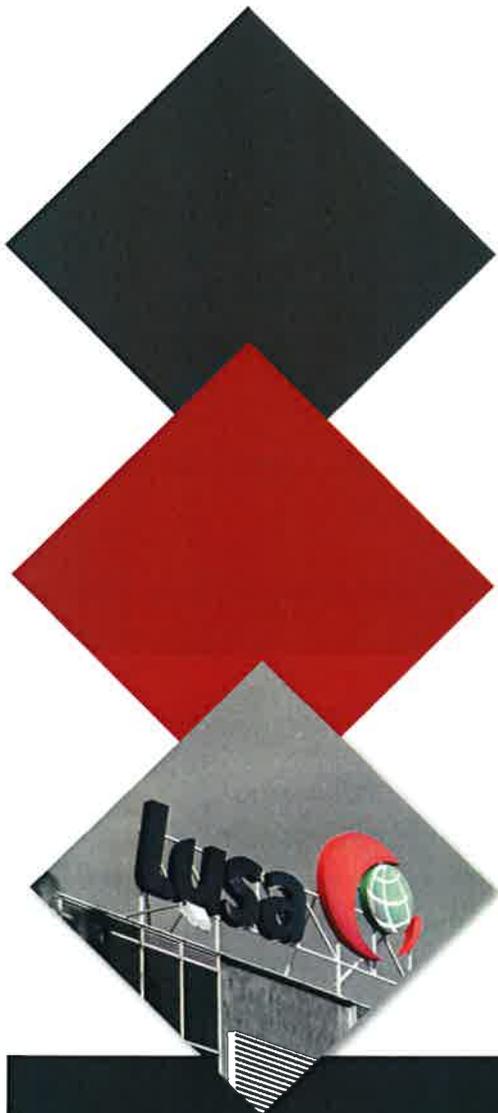
Estrutura Acionista

O capital social da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., integralmente realizado, é de **5.325.000** euros representado por 2.130.000 ações no valor nominal de 2,50 euros cada, e está distribuído como se apresenta:

Estrutura de Capital

Acionistas	N.º Ações	%	Euros
Estado Português	1.068.000	50.14	2.670.000,00
Global Media Group	497.420	23.36	1.243.550,00
Impresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	476.064	22.35	1.190.160,00
NP-Notícias de Portugal, CRL	58.000	2.72	145.000,00
Público-Comunicação Social, S.A.	29.307	1.38	73.267,50
Radio e Televisão de Portugal, S.A.	674	0.03	1.685,50
O Primeiro de Janeiro, S.A.	310	0.01	775,00
Empresa do Diário do Minho, Lda.	225	0.01	562,50





III. Relatório de Gestão

Atividade desenvolvida

▪ Institucional

Cooperação

A Lusa intensificou, em 2015, a afirmação da sua presença no espaço da Lusofonia e nos países onde essa presença é exigida por força do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público e aprofundou o relacionamento multilateral com agências noticiosas de países de língua oficial portuguesa, numa lógica de continuidade da cooperação histórica e, simultaneamente, na identificação de novas áreas de intervenção. Neste âmbito destaca-se o apoio continuado na manutenção do sítio da Inforpress – Agência Cabo-Verdiana de Notícias.

No âmbito do aprofundamento das relações de cooperação com entidades do mundo da Lusofonia devem, ainda, destacar-se as seguintes ações:

- Encontro, em março, com o Presidente da Empresa Brasil de Comunicação-EBC, Dr. Nelson Breve, em Lisboa;
- Visita à sede da Lusa da Gerente executiva da Inforpress – Agência de Notícias Cabo-Verdiana, Dra. Joana Olinda Miranda, em março;
- Visita à Lusa do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros da República de Cabo Verde, Dr. Démis Almeida, em março;
- Participação, em abril, na Assembleia Geral da UCCLA-União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, que teve lugar em Maputo;
- Apresentação do *site* “Dias da Independência”, desenvolvido pela Direção de Informação, sobre os 40 anos da independência das antigas colónias portuguesas, contendo informação sobre os últimos quarenta anos desses países. O *site* da Lusa faz um retrato jornalístico sobre os acontecimentos que levaram às declarações de independência de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, e lança um olhar sobre a sua evolução política, económica, social e cultural. Na mesma ocasião, foi apresentada a segunda edição da “Pós Graduação em Jornalismo Internacional em Língua Portuguesa”, em parceria com o ISCTE-IUL. Este evento contou com a presença do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto, Dr. Pedro Lomba, e do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Luís Campos Ferreira, e teve o apoio do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua.

Relações Internacionais e Institucionais

A Lusa prosseguiu, em 2015, a afirmação da sua presença em instituições internacionais de que faz parte:

EPA – European Pressphoto Agency (de que a Lusa é acionista fundadora), duas reuniões de trabalho para reanálise da estratégia da EPA, bem como para o lançamento do novo projeto de vídeo;

AMAN – Alliance of Mediterranean News Agencies, apoio institucional se bem que este ano, tendo em vista o corte de custos, não foi possível estar presente na Assembleia Geral daquela aliança;

EANA – European Alliance of News Agencies, presença nas reuniões semestrais da aliança: participação da Presidente do Conselho de Administração na reunião de abril, em Sofia, durante a qual apresentou propostas no sentido da criação de uma *pool* de jornalistas, entre os membros da EANA, e do estabelecimento de um programa de intercâmbio de estágios em jornalismo, em parceria com universidades dos respetivos países; patrocinou a presença de Portugal e da Lusa na apresentação relativa ao tema *Big Data and Data-driven journalism* e na apresentação do projeto Globalstat, da Fundação Francisco Manuel dos Santos, que participou como entidade convidada, na reunião de setembro, em Genebra;

Minds International (de que a Lusa é acionista fundadora), tendo participado nas reuniões realizadas em março e em outubro, em Viena e Paris, respetivamente.

No âmbito da atividade institucional, devem, ainda, destacar-se as seguintes ações:

- Visita de cortesia, à sede da Lusa, da Embaixadora da Tunísia, Senhora Saloua Bahri, em fevereiro;
- Visita da Presidente do Conselho de Administração à sede da EFE (agência de notícias espanhola), em março;
- Cerimónia de entrega dos Prémios Internacionais de Jornalismo “Rei de Espanha” e “D. Quixote de Jornalismo”, em maio;
- Reuniões, em maio, com o Presidente da EFE, na sede da agência, em Madrid;
- Participação da Presidente do Conselho de Administração no *St. Petersburg International Economic Forum (SPIEF-2015)*, que se realizou em junho, em São Petersburgo, a convite da TASS (Agência de Notícias Russa);

- Assinatura da renovação do Acordo de Cooperação com a Agência Noticiosa Sul Coreana YONHAP, em junho, durante o *St. Petersburg International Economic Forum (SPIEF-2015)*;
- Assinatura de um novo Protocolo com a CCTV News Content (subsidiária da CCTV - China Central Television), em julho, durante uma cerimónia no Hotel Sheraton, em Lisboa, com a presença do Secretário de Estado da Cultura, Dr. Jorge Barreto Xavier.
- Participação da Presidente do Conselho de Administração no debate promovido pelo Sindicato dos Jornalistas, em parceria com a TSF, sobre o tema “Negócios, o futuro do jornalismo, a sustentabilidade da profissão”, em outubro.
- Visita à sede da Lusa do Ministro da Cultura, Dr. João Soares, em dezembro.

Distinções

Atribuição do Prémio Gazeta, promovido pelo Clube de Jornalistas, ao fotojornalista da Lusa, António Cotrim na categoria de fotografia.

Patrocínios

A Lusa patrocinou o Prémio de fotojornalismo “Estação Imagem”, nas modalidades Notícias e Noroeste Peninsular, e o Prémio “Barão da Cunha” promovido pelo Aero Club de Portugal.

Responsabilidade Social

A Lusa continuou, em 2015, a apoiar a CAIS através da cedência de fotografias, notícias e reportagens, da colaboração na produção de conteúdos da revista CAIS e da divulgação dos projetos e atividades daquela associação.

Em dezembro a Lusa organizou, junto dos seus colaboradores, uma recolha de bens destinados a bebés e crianças até aos 3 anos, destinados às famílias apoiadas pelo projeto Banco do Bebê.

▪ Editorial

A Direção de Informação (DI) manteve, em 2015, o esforço editorial em áreas consideradas “chave” para a agência, nomeadamente no que diz respeito à Agenda e à Lusofonia. Neste âmbito, merece destaque especial o *site* que a Lusa produziu para assinalar os 40 anos de independência dos países de língua portuguesa (<http://www.independenciaslusa.info/>), iniciativa que reforçou a aposta na informação célere, independente e isenta acerca dos países lusófonos.

Ainda no que respeita à Lusofonia, a DI assinala a consolidação das apostas que decorreram das mudanças dos correspondentes da agência em Angola, Moçambique, Timor-Leste e também Cabo Verde e Macau, já em 2015. Foi notável o incremento das notícias relativamente a temas como Economia, Sociedade e Cultura, não só do ponto de vista quantitativo, mas também qualitativo, garantindo uma informação mais diversificada e coerente do mundo da Lusofonia. Neste esforço global, assinala-se também a consolidação dos boletins noticiosos de âmbito nacional, para países como Angola, Moçambique e Macau.

Em 2015, verificou-se um aumento significativo na oferta do serviço de agenda, o que obrigou a agência a reforçar a sua capacidade editorial nesta área, com a criação de um posto de coordenador.

Assistiu-se, igualmente, ao lançamento do projeto de criação da Agenda Financeira, um serviço que não se esgota nos clientes *media* tradicionais, abrindo o leque de potenciais interessados a empresas e associações empresariais.

Resultado do início da discussão de uma nova estratégia digital para a agência, a DI da Lusa, em articulação com a Direção Comercial e de Marketing e a Direção de Operações e Sistemas, lançou as bases para novos projetos editoriais. Destaque para dois deles, que se cruzam: a criação de um novo *site* da Lusa e a apresentação de um projeto à Google Digital News Initiative, com vista ao lançamento de um portal de informação em Língua Portuguesa, que pretende dar à Lusa os instrumentos necessários para que seja uma fonte de informação indispensável no, e sobre o, mundo da lusofonia.

Ainda no plano digital, a Lusa lançou o *site* Dias da Independência (<http://www.independenciaslusa.info/>), iniciativa para evocar as quatro décadas de autonomia política dos países que, até meados dos anos 1970, eram colónias portuguesas. O *site* tem conteúdos multimédia e interativos produzidos pela rede de correspondentes da Lusa espalhados pelo mundo e pela sua Redação central. Com este projeto, a Lusa fez um retrato de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, possibilitando o acesso livre a peças da linha da Lusa sobre esses países.

▪ Produção

A Direção de Informação obteve excelentes indicadores de produção editorial em diversas áreas, com destaque neste ano para a cobertura de acontecimentos em países da Lusofonia, como Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, e das eleições legislativas portuguesas, para as quais mobilizou uma vasta equipa de jornalistas e respetivos meios técnicos.

A produção editorial da Lusa totalizou 222.799 conteúdos únicos, como se pode ver no quadro seguinte, o que se traduz numa média diária superior a 610 conteúdos únicos:

Tipo de Conteúdo	2013	2014	2015
Foto	45.651	48.634	45.655
Áudio	12.721	10.685	10.014
Misto	1.725	1.456	1.288
Texto (Todos os Géneros)	164.487	159.129	160.468
Vídeo	6.693	5.548	5.374
Total	231.277	225.452	222.799

Relativamente ao ano anterior, 2015 volta a registar um decréscimo na produção anual de conteúdos, traduzindo ainda a contração de meios aplicada na agência, embora num ritmo menos intenso do que o verificado entre 2013 e 2014. Ou seja, os 222.799 conteúdos únicos de 2015 comparam com os 225.452 de 2014, uma diminuição de aproximadamente 1,2%.

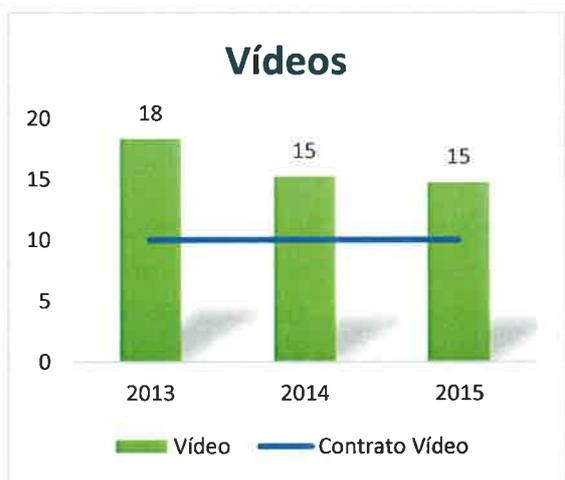
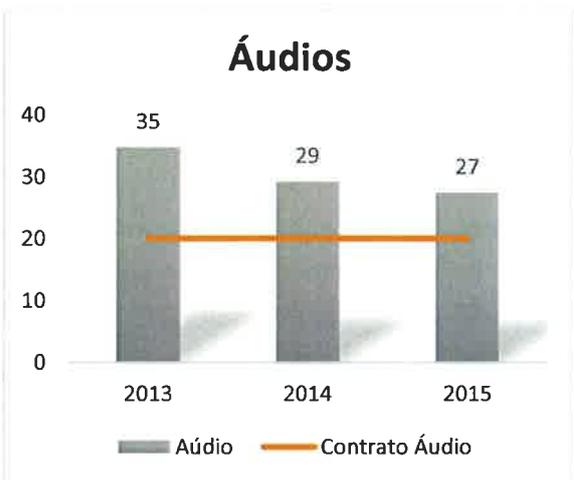
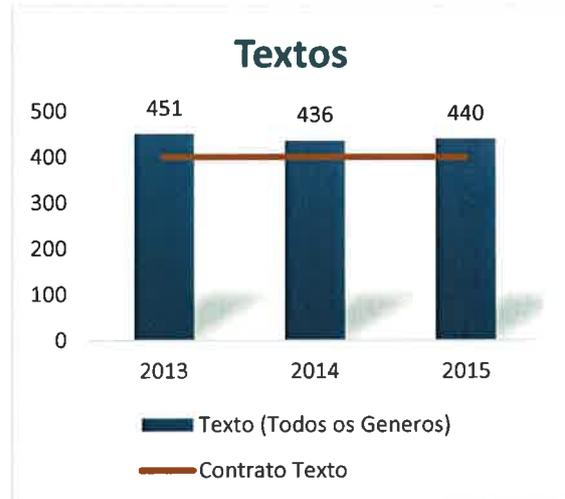
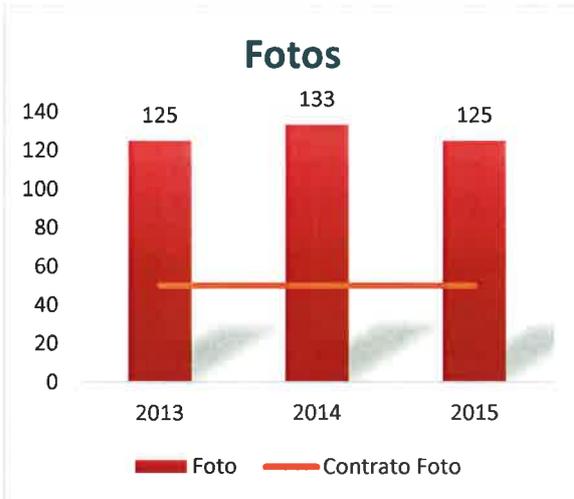
Inversamente, as notícias em texto, que representam mais de metade da produção, registam uma recuperação ligeira relativamente a 2014 (igualmente na ordem de 1%). Verificam-se ainda decréscimos ligeiros ao nível da produção de vídeos e fotografias, enquanto a produção de infografias se mantém a níveis pouco relevantes em termos de produção global.

Tipo de Conteúdo	Média Diária			Contrato Serviço Público
	2013	2014	2015	
Foto	125	133	125	30 a 50
Áudio	35	29	27	10 a 20
Texto (Todos os Géneros)	451	436	440	300 a 400
Vídeo	18	15	15	5 a 10

Apesar destes registos, como se pode também ver nos gráficos abaixo, a agência superou os objetivos de serviço público que lhe foram atribuídos pela Cláusula IV do Contrato de

Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado entre o Estado e a Lusa em 21 de dezembro de 2012, ultrapassando os níveis exigidos para a produção de notícias de texto, de fotografias, de áudios e de vídeos.

Média Diária de Produção

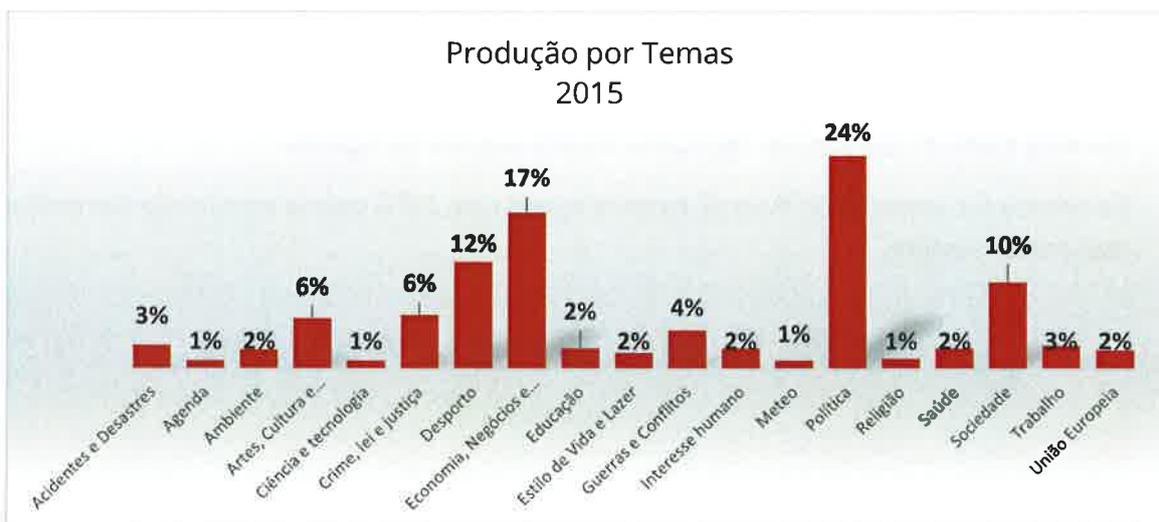


O quadro seguinte reflete a produção noticiosa da agência em 2015*, segundo a classificação temática do IPTC (International Press Telecommunications Council).

Temas	Foto	Áudio	Story	Texto	Vídeo	TOTAL
Acidentes e Desastres	1.425	219	69	8.791	78	10.582
Agenda	356	10	0	3.126	0	3.492
Ambiente	871	487	19	6.988	195	8.560
Artes, Cultura e Entretenimento	5.931	827	248	15.199	770	22.975
Ciência e tecnologia	332	187	10	2.901	78	3.508
Crime, lei e justiça	1.491	853	10	21.465	329	24.148
Desporto	14.026	1.193	409	31.438	1.384	48.450
Economia, Negócios e Finanças	6.297	3.875	61	58.639	2.120	70.992
Educação	1.024	465	6	7.490	242	9.227
Estilo de Vida e Lazer	687	258	15	6.018	257	7.235
Guerras e Conflitos	1.704	500	95	14.713	309	17.321
Interesse humano	1207	326	47	7.399	296	9.275
Meteo	572	172	30	2.672	28	3.474
Política	18.144	6.484	100	69.893	2.060	96.681
Religião	1041	186	109	3.067	117	4.520
Saúde	798	545	11	7.757	170	9.281
Sociedade	1.972	2.093	70	34.041	1113	39.289
Trabalho	1.243	902	10	7.943	322	10.420
União Europeia	81	603	0	7.405	224	8.313
Total	59.202	20.185	1.319	316.945	10.092	407.743

*Tendo em conta que a mesma notícia pode ser classificada em vários temas, o número de trabalhos distribuídos ultrapassa os números de produção.

Como se pode ver no quadro seguinte, no conjunto dos conteúdos distribuídos pela Lusa destacam-se os textos que abordam temas de Política, nacional e internacional (24%), Economia (17%), Desporto (12%) e Sociedade (10%). Em conjunto, representam 63% dos textos noticiosos. Com estas percentagens mantém-se a estabilidade do fio noticioso desde 2012.



O mapa seguinte mostra a distribuição de conteúdos por País sendo 69% relativo a informação nacional.

É assinalável também o número de conteúdos sobre países da África sub-saariana.



▪ Agenda

Durante o ano de 2015 foram registados 85.925 eventos de Agenda.

De notar a recuperação do fluxo de itens de agenda em 2015, que se aproximou dos melhores registos de sempre.



▪ Atividade comercial

O ano de 2015 ficou marcado pela continuação do agravamento das condições económicas e financeiras que afetaram, em especial, o mercado da Comunicação Social. Ainda assim, a atividade comercial registou um acréscimo global de 7% face ao ano anterior.

A Lusa segmenta a sua atividade comercial nas seguintes áreas de negócio:

- Grandes Órgãos de Comunicação Social
- Pequenos Órgãos de Comunicação Social
- Empresas
- Institucional
- Grande Público
- Mercado Externo

Na globalidade das Receitas Próprias, o Mercado Nacional contribuiu com 82,9%, destacando-se o segmento Grandes Órgãos de Comunicação Social com uma contribuição total de 56,5%, em contraponto com 44,8% no período homólogo. O Mercado Externo representou 17,1% das receitas próprias globais, registando um crescimento de 18% face ao ano anterior.

(Euros)

ÁREAS DE NEGÓCIOS	2014	2015	VARIAÇÃO 2015/2014	
			VALOR	%
GRANDES ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	1.729.690	2.334.706	605.016	35,0%
PEQUENOS ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	238.994	282.677	43.683	18,3%
EMPRESAS	902.266	415.341	-486.925	-54,0%
INSTITUCIONAL	320.134	384.047	63.913	20,0%
GRANDE PÚBLICO	8.003	3.162	-4.841	-60,5%
OUTROS	64.533	5.499	-59.034	-91,5%
MERCADO EXTERNO	598.503	706.481	107.978	18,0%
T O T A L	3.862.124	4.131.913	269.789	7,0%

Nota: A diminuição verificada em "Empresas" resulta fundamentalmente da alteração, em 2015, do método de contabilização do serviço Lusaweb (mercado nacional). Atualmente está imputado às áreas de negócio correspondentes, nomeadamente Grandes Órgãos de Comunicação Social (+433 mil €).

Estratégia, Clientes e Serviços

Durante o ano de 2015 a estratégia comercial assentou na angariação de novos clientes, de forma consistente em todas as áreas de negócio.

Resultante de um esforço comercial direcionado, a Lusa celebrou 69 novos contratos de avença, destacando-se 13 municípios, no âmbito da campanha de angariação "Pacote Autarquias". Ao longo do ano a Lusa teve, em média, 50 potenciais clientes em período experimental de um mês.

Este foi também um ano intenso ao nível da atividade comercial na venda de Avulsos – de salientar as fotografias e Dossiers Especiais, que representaram um total de faturação de 101.727 euros.

Campanhas

De forma a acompanhar as necessidades dos clientes existentes e a angariar novos clientes, a Lusa desenvolveu várias campanhas temáticas ao longo do ano, destinadas a promover os serviços Lusa relacionados com temas específicos, a saber:

- **Pacote Autarquias:** campanha destinada a promover um conjunto de serviços da Lusa especialmente orientado para os municípios.
- **Independências 2015:** campanha comemorativa dos 40 anos das Independências.
- **Fotos Legislativas 2015:** pacote especial de fotografias destinado a meios de comunicação social não clientes de pacotes fotográficos.

- **Presidenciais 2016:** pacote especial de conteúdos destinados aos candidatos à Presidência da República.
- **Pacote de Fim De Ano 2015:** pacote especial de fotografia de 2015, e efemérides 2015 e 2016.

Os Clientes Lusa em Números

Os serviços prestados pela Lusa segmentam-se em 13 categorias (Alertas, Temáticos, Notícias, Agenda, Arquivo, Fotos, Vídeo, VIP, Fotogalerias, Títulos, SMS, Áudio e Infografia). Estes serviços são subscritos pelos nossos clientes, também denominados Subscritores; cada subscritor pode ter mais do que uma subscrição, isto é, pode subscrever mais do que um serviço em simultâneo.

A Lusa teve, em 2015, um total de 692 subscritores de serviços, com especial destaque para as Comunidades e Institucionais, que representam aproximadamente 46% da totalidade dos subscritores.



Conforme se pode verificar pelo mapa abaixo, os subscritores Lusa têm maior expressividade em Portugal (418 subscritores), sendo esta a sua divisão geográfica, por continentes a seguinte:

- Europa – 73,8%
- Américas – 12,7%
- África – 8,0%
- Ásia – 4,5%
- Oceânia – 1,0%



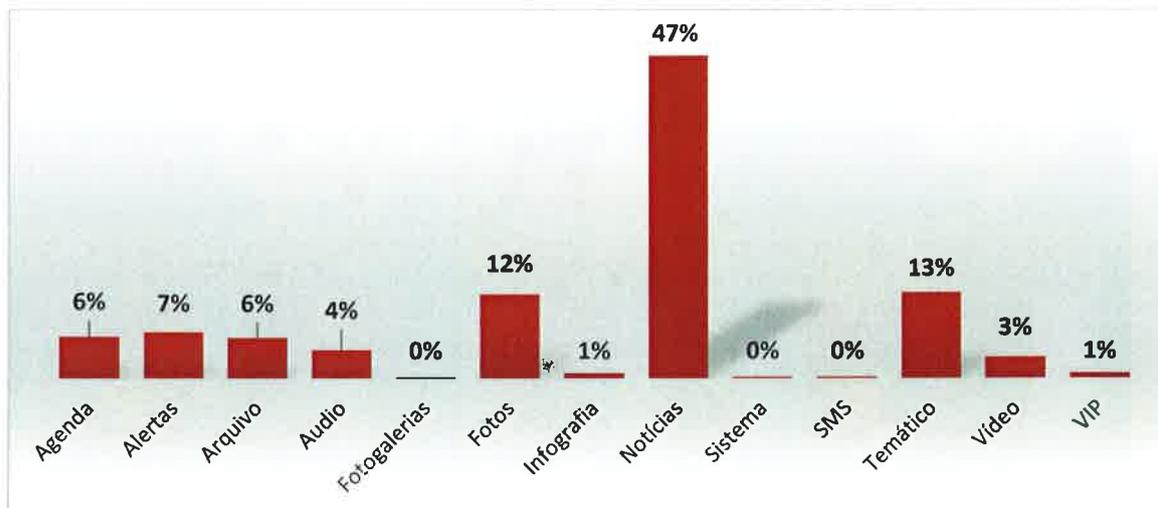
Os 692 subscritores têm um total de 628 serviços ativos, distribuídos por 13 categorias. Destas, as mais expressivas são os serviços Alertas e Temáticos, que representam aproximadamente 65% da totalidade dos serviços ativos.

Total de Serviços por Categoria de Serviço

Categoria	Total Serviços
Alertas	276
Temáticos	130
Notícias	76
Agenda	51
Arquivo	20
Fotos	19
Vídeo	17
VIP	15
Foto galerias	12
Títulos	6
SMS	3
Áudio	2
Infografia	1
	628

Ainda relativamente aos subscritores, estes têm um total de 1918 subscrições, distribuídas pelas suas 13 categorias, destacando-se os serviços Notícias (47%), Temáticos (13%) e Fotos (12%), contribuindo, assim, com 72% da totalidade das subscrições no ano.

Total de Subscrições por Categoria de Serviços



▪ Comunicação e Marketing

No último trimestre de 2015 a Lusa operacionalizou um protocolo com o *News Museum*, espaço museológico dedicado às notícias e à comunicação, associando-se a Lusa como parceiro fundador desta iniciativa promovida pela Associação Acta Diurna, uma associação privada sem fins lucrativos, com a Câmara Municipal de Sintra. Esta parceria promove a Lusa enquanto marca e referência no jornalismo em Portugal.

Ainda no último trimestre foram iniciados os trabalhos tendo em vista a comemoração dos 30 Anos da Lusa, efeméride a cumprir em 2016.

▪ Inovação/modernização

A Lusa manteve a sua participação na Minds International, organização que congrega representantes de agências noticiosas mundiais para acompanhamento de temas relevantes do futuro da indústria.

No campo da modernização tecnológica, com vista a uma crescente mobilidade, manteve-se a estratégia de atualização dos computadores pessoais e *smartphones* dos jornalistas para uso de um novo ambiente de trabalho.

Em 2015, foram aumentadas as capacidades de comunicação, em termos de largura de banda, dos utilizadores na sede e delegação do Porto, bem como do seu acesso comum à Internet.

A Lusa prosseguiu a utilização dos equipamentos para gravação de vídeo em direto, permitindo uma aceleração significativa do processo de edição do vídeo (desde a captura da imagem até à entrega ao cliente), sendo essa redução de tempo evidente para os clientes.

Investimentos

Em 2015 foram feitos investimentos, na ordem de 52 mil euros, em equipamentos fotográficos (para substituição por obsolescência), uma viatura para a delegação de Moçambique, equipamentos diversos para a área da Multimédia e *software* para os fotojornalistas.

Foi ainda preparado e lançado um concurso para substituição da infraestrutura (servidores) que suportam o sistema LUNA. A instalação deve ocorrer durante o 1.º semestre de 2016. Adicionalmente, foi lançado um processo para aquisição de equipamentos portáteis, para substituição de equipamentos obsoletos, cuja adjudicação deverá ocorrer no princípio de 2016.

▪ Recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2015, o total de efetivos da Agência é de 262, que compara com 264 no ano anterior.

Entre os 262 trabalhadores no quadro de efetivos incluem-se 11 requisitados e licenças sem retribuição e 28 em situação de pré-reforma. O efetivo médio ao serviço foi de 219, que compara com 221 em 2014.

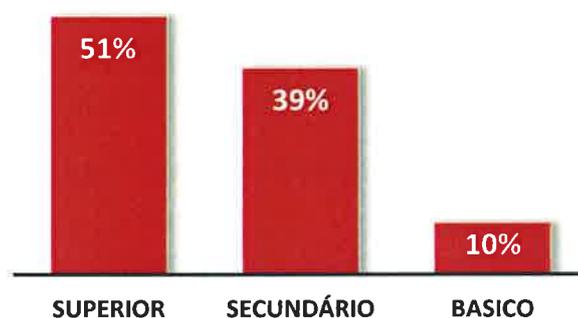


Do efetivo total, 25,8% dos trabalhadores têm menos de 40 anos de idade (29,6% em 2014), 25,6% trabalham na Lusa há menos de dez anos (27,7% em 2014), e 50,8% são mulheres (50,0% em 2014).

O grupo profissional mais expressivo é o dos jornalistas com 206 elementos, correspondente a 78,6% de todos os trabalhadores, dos quais 183 elementos pertencem ao efetivo ao serviço (181 em 2014), 14 estão em situação de pré-reforma e 9 estão requisitados ou com licenças sem retribuição.

Qualificação

No universo de 262 trabalhadores da Lusa, 50,8% têm como qualificações o nível do ensino superior, 39,3% o nível do ensino secundário, 7,6% o 3.º ciclo do ensino básico, e 2,3% distribuem-se pelos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.



Formação profissional

A Lusa mantém um protocolo com a Ciberdúvidas, Conteúdos Multimédia Lda., que garante a formação contínua dos jornalistas em redação de texto jornalístico e a monitorização permanente do fio noticioso da Agência para deteção e correção de quaisquer anomalias.

Em 2015 foram também efetuadas as seguintes ações de formação:

NOME DA AÇÃO	FUNÇÃO	N.º DE PARTICIPANTES	DATA DA AÇÃO
Pós Graduação em Jornalismo Internacional em Língua Portuguesa	Jornalista	1	01/01 a 20/06/2015
Workshop sobre Tribunal Constitucional	Jornalistas	21	06 a 09/02/2015
Finanças Públicas e Orçamento de Estado	Jornalistas	15	27 e 29/05/2015
Fundos Comunitários Portugal 2020	Jornalistas	4	16/06/2015
Combustíveis – Enquadramento Legal e Aspetos Contabilísticos e Fiscais	Chefe de Departamento da Direção Administrativa e Financeira	1	16/09/2015
Europa 2020	Jornalistas	14	16/09/2015
Programming in HTML5 with Javascript and CSS3	Funcionário da Direção de Operações e Sistemas	1	05 a 09/10/2015
Contratação Pública	Diretores, funcionária e funcionários da Direção de Operações e Sistemas, jornalistas	10	15 e 22/10/2015
Alterações ao Normativo Contabilístico para 2016	Chefe de Departamento da Direção Administrativa e Financeira	1	28/10/2015
Técnicas de Negociação	Funcionários da Direção Comercial e Marketing	2	02 a 04/11/2015
MULTI – Mapas configuráveis	Funcionárias e funcionário do Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão; funcionária da Direção Comercial e Marketing	4	05/11/2015
Developing ASP.NET MVC 4 Web Applications	Funcionário da Direção de Operações e Sistemas	1	09 a 13/11/2015
Microsoft Excel 2013 - Utilização Avançada	Funcionárias do Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão, da Direção Comercial e Marketing e da Direção de Operações e Sistemas	3	16 a 18/12/2015

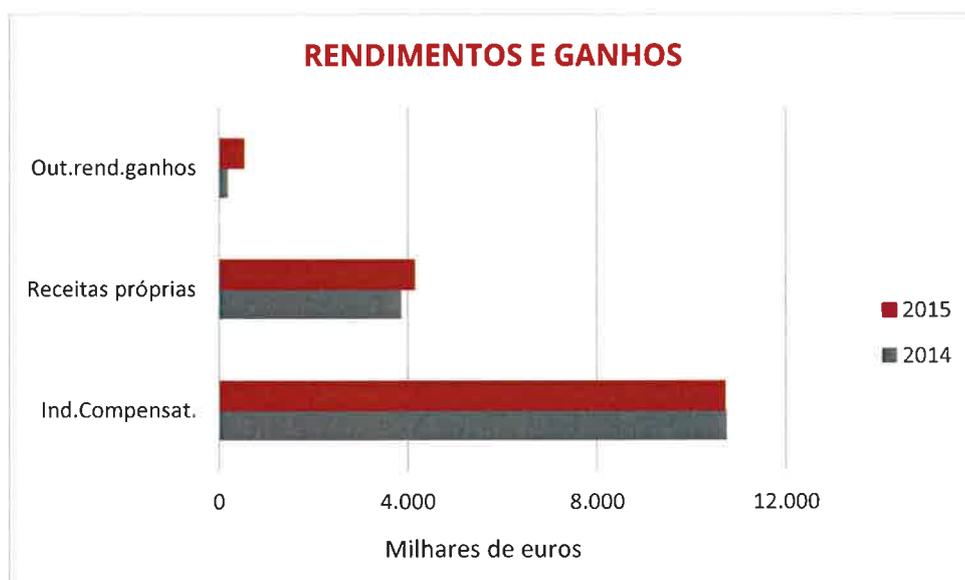
Análise económica e financeira

Situação Económico-Financeira

A análise económico-financeira que se apresenta sintetiza os resultados alcançados pela Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. no ano de 2015 e a situação patrimonial e financeira no final do exercício.

Rendimentos e Ganhos

O total de proveitos e ganhos ascendeu a 15,4 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 579 mil euros (+3,9%) relativamente a 2014, resultante do aumento observado nas receitas próprias, por via dos acréscimos ocorridos nas áreas de negócio “Grandes Órgãos de Comunicação Social” e “Mercado Externo”, e dos ganhos obtidos com a alienação do imóvel em Macau.



Gastos e Perdas

O total de custos e perdas ascendeu a 15,3 milhões de euros, refletindo um acréscimo de 360 mil euros (+2,4%) em relação ao período homólogo, sobretudo como resultado das seguintes variações:

- ❖ Aumento de 304 mil euros nas perdas por imparidade, ocorrido essencialmente na rubrica “Ajustamentos de dívidas a receber”, por via do reforço e constituição de imparidades relativas a dívidas de clientes nacionais e estrangeiros;

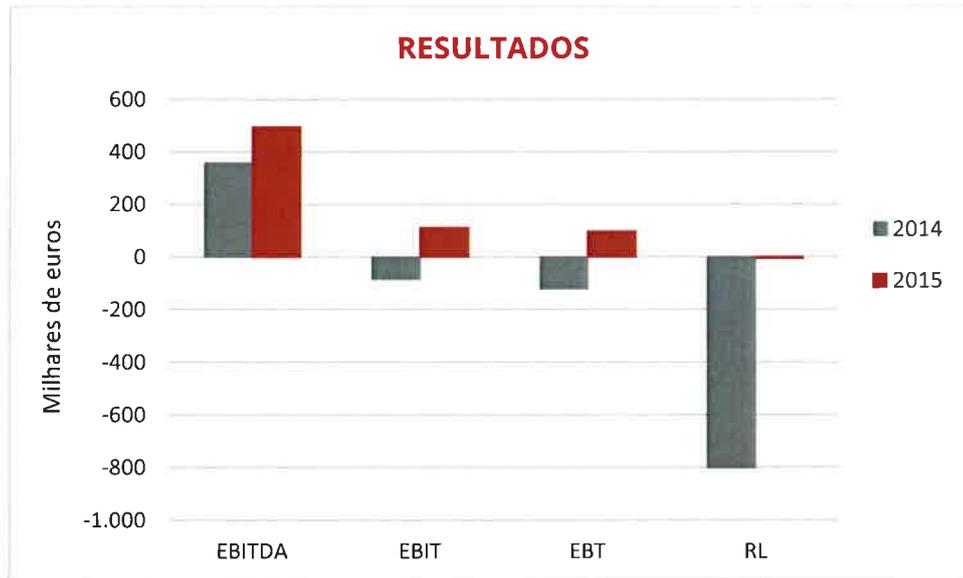
- ❖ Aumento de 102 mil euros nos outros gastos e perdas, por efeito de:
 - Acréscimo no valor das diferenças de câmbio desfavoráveis (56 m€), em grande medida por via da operação de alienação do imóvel em Macau;
 - Pagamento de juros de mora/compensatórios pela substituição do modelo 22 relativo ao IRC de 2011 e 2012 (31 m€); e
 - Reconhecimento de dívidas incobráveis (16 m€).



Resultados

O resultado líquido foi negativo e na ordem de 7 mil euros, por efeito de:

RESULTADOS	(milhares de euros)		
	2015	2014	VAR.
Operacionais	112	-85	196
Financeiros	-14	-37	23
Antes de impostos	97	-121	219
Imposto sobre o rendimento do período	-104	-681	577
Líquidos	-7	-802	796



Situação Patrimonial e Financeira

O ativo líquido, na ordem de 11,4 milhões de euros, registou uma redução de 990 mil euros relativamente a 31 de dezembro de 2014, sobretudo como resultado da alienação do imóvel em Macau (1,5 milhões de euros) e da diminuição da rubrica de clientes (446 mil euros), fundamentalmente por via da constituição e reforço de imparidades, atenuada pelo acréscimo verificado nos excedentes de tesouraria (1,4 milhões de euros), consequência da alienação acima referida.

O capital próprio evidenciou um acréscimo na ordem de 112 mil euros, como resultado da anulação de passivos por impostos diferidos em excesso relativos ao imóvel de Macau.

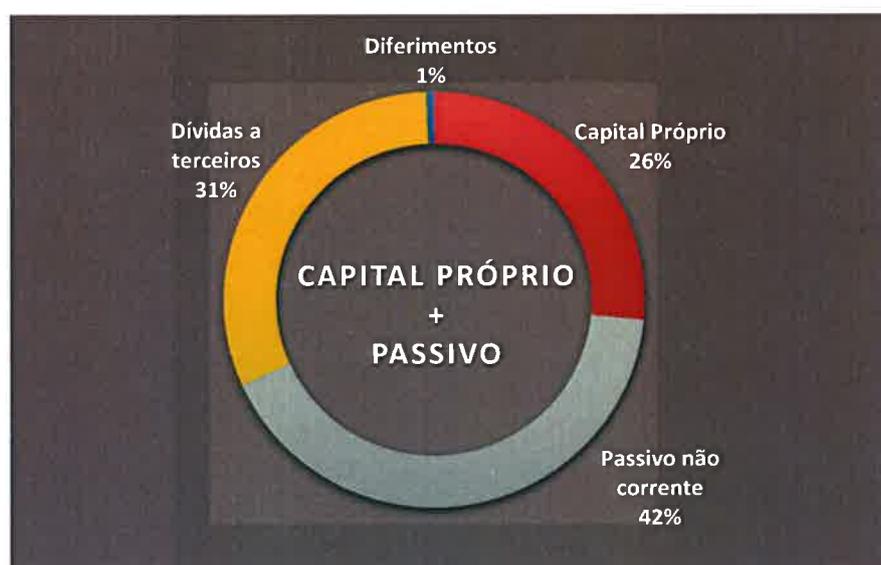
A diminuição observada no passivo, na ordem de 1,1 milhões de euros, resulta fundamentalmente dos seguintes aspetos:

- ❖ Decréscimo de 854 mil euros em provisões para impostos, valor relativo a capital e juros de IRC respeitante a exercícios anteriores, reexpresso em 2014, e utilizado em 2015;
- ❖ Diminuição de 383 mil euros em passivos por impostos diferidos, como efeito da alienação do imóvel em Macau que havia sido reavaliado em 2013, gerando nesse exercício uma diferença temporária tributável que agora se reverte;
- ❖ Diminuição de 293 mil euros em financiamentos obtidos, decorrente das amortizações do empréstimo de mútuo e de contratos de *leasing*;
- ❖ Aumento de 306 mil euros em credores por acréscimos de gastos, sobretudo pelo facto dos valores estimados para férias e subsídio de férias a pagar em 2016, terem como base de cálculo o valor das remunerações sem redução remuneratória.

(milhares de euros)

BALANÇO	2015	2014	VAR.
Ativo não corrente	6.982	8.837	-1.855
Inventários	0	0	0
Dívidas de terceiros	1.194	1.718	-524
Diferimentos	286	340	-53
Caixa e depósitos bancários	2.899	1.455	1.444
TOTAL DO ATIVO	11.361	12.350	-990
CAPITAL PRÓPRIO	3.017	2.905	112
PASSIVO:	8.343	9.445	-1.102
Passivo não corrente	4.742	6.234	-1.492
Dívidas a terceiros	3.533	3.174	360
Diferimentos	68	37	31
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	11.361	12.350	-990

Composição do Ativo e do Capital Próprio e Passivo



Principais Indicadores

<i>Indicadores económico-financeiros (Unidade: milhares de euros)</i>	2015	2014	$\Delta\%$ 15/14
Proveitos operacionais	15.352	14.765	4
EBITDA	495	357	38
Resultado operacional	112	-85	n.a.
Resultado líquido	-7	-802	n.a.
Resultado líquido por ação (euro)	0,00	-0,38	n.a.
VAB	10.979	10.727	2
Investimento	52	193	-73
Margem EBITDA	3%	2%	+ 1 p.p.
Margem Operacional	1%	-1%	n.a.
Margem Líquida	0%	-5%	n.a.
VAB / Efetivo médio (euro)	50.133	48.536	3
Ativo líquido	11.361	12.350	-8
Capital próprio	3.017	2.905	4
Capital social	5.325	5.325	-
Rendibilidade do Capital Próprio (ROE)	0%	-28%	n.a.
Liquidez Geral	122%	109%	+ 13 p.p.
Autonomia Financeira	27%	24%	+ 3 p.p.
Solvabilidade	36%	31%	+ 5 p.p.
Cobertura do imobilizado	111%	103%	+ 8 p.p.
<i>Recursos humanos</i>	2015	2014	$\Delta\%$ 15/14
Número de trabalhadores a 31 de dezembro	262	264	-0,8
Jornalistas	183	181	1,1
Assessores	3	2	50,0
Técnicos Superiores	12	12	-
Assistentes Administrativos	23	23	-
Assistentes Técnicos	1	1	-
Pessoal de Apoio	3	3	-
Requisitados e Licenças sem Retribuição	9	12	-25,0
Pré-reformados	28	30	-6,7
Efetivo médio ao serviço	219	221	-0,9
<i>Produção de notícias</i>	2015	2014	$\Delta\%$ 15/14
Foto	45.655	48.634	-6,1
Áudio	10.014	10.685	-6,3
Conteúdos mistos	1.288	1.456	-11,5
Texto	160.468	159.129	0,8
Vídeo	5.374	5.548	-3,1
Total	222.799	225.452	-1,2

Pendências Judiciais

À data de 31 de dezembro de 2015, existiam pendentes os seguintes processos judiciais:

- a) No Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, uma ação administrativa comum intentada, em 12 de maio de 2010, a reclamar a titularidade de créditos, vencidos e não pagos, no montante global de 3.906.400 euros, incluindo juros de mora vencidos e vincendos, referente a créditos da Lusa sobre o Estado correspondentes aos custos incorridos pela Lusa com a manutenção em funcionamento das delegações de Macau e Pequim em 2000, créditos correspondentes à manutenção das delegações de Jacarta e Díli em 1999 e 2000, créditos correspondentes ao desconto de 50 % efetuado sobre o preço dos serviços prestados às rádios locais e à Imprensa Regional e créditos correspondentes a serviços prestados a agências noticiosas dos PALOP e à Rádio Televisão da Guiné-Bissau;
- b) No Tribunal Tributário de Lisboa sob o n.º 456/05.BELSB, o processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002, no montante global de 2.754.078 (imposto e juros). Este processo foi objeto de decisão em julho de 2011, tendo o Tribunal julgado improcedente a impugnação judicial apresentada pela Lusa. Em setembro de 2011, a Lusa procedeu à interposição de recurso que mereceu a admissão do Supremo Tribunal Administrativo, onde corre termos;
- c) No Tribunal da 5ª Vara Cível de Lisboa, o processo n.º 3060/08.2TVLSB, uma ação proposta por Carlos de Oliveira Marneffe Garçêz e outro(s) contra a Lusa, com fundamento na alegada violação de direitos de autor por parte da última, no montante de 30.001 euros. O Tribunal de 1.ª Instância proferiu sentença em que julgou a ação improcedente, por não provada. No entanto, por força de um recurso interposto pela também ré Esfera dos Livros, Lda., o processo vai baixar ao Tribunal de 1.ª Instância para ser inquirida uma testemunha adicional à matéria dos autos. Por outro lado, também os autores interpuseram recurso da decisão do Tribunal de 1.ª Instância, aguardando-se que seja proferido Acórdão pelo Tribunal da Relação de Lisboa.

Na mesma data, encontram-se a decorrer diversos processos gerais de cobrança em contencioso de devedores da Lusa.

Proposta de aplicação de resultados

Para o resultado líquido do exercício de 2015, que foi negativo no montante de 6.517 euros, o Conselho de Administração propõe a transferência para Resultados Transitados.



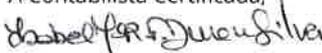
IV. Demonstrações Financeiras

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		2015	2014 (reexpresso)
Euros			
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	8	1.493.641	1.493.641
Edifícios e outras construções	8	5.044.721	6.652.212
Equipamento básico	8	245.483	304.113
Equipamento de transporte	8	40.630	29.471
Equipamento administrativo	8	886	2.623
Ferramentas e utensílios	8	0	0
Novos projetos	8	40.388	85.962
Outros não especificados	8	86	601
Subtotal ativos fixos tangíveis		6.865.837	8.568.624
Ativos fixos tangíveis em curso	8	0	98.423
Ativos Intangíveis			
Trespasse (goodwill)	7	0	0
Projetos de desenvolvimento	7	0	0
Programas de computador	7	0	0
Outros ativos intangíveis	7	0	0
Subtotal ativos Intangíveis		0	0
Particip. financeiras - método da equiv. patrimonial			
Sucursal do Brasil		0	0
Participações financeiras - outros métodos			
EPA	9	105.000	140.000
IPPS-IUL	9	10.000	10.000
Outras aplicações financeiras	9	400.000	
Subtotal participações financeiras - outros métodos		515.000	150.000
Outros investimentos financeiros			
Fundo de compensação do trabalho		961	268
Ativos por impostos diferidos	6	0	19.956
Total do ativo não corrente		7.381.797	8.837.271
Ativo corrente			
Inventários			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10	0	0
Sub-produtos, desperdícios, resíduos e refugos	10	0	0
Subtotal Inventários		0	0
Clientes			
Clientes c/c	11	911.624	1.324.367
Clientes - títulos a receber	11	0	0
Clientes - cobrança duvidosa	11	23.733	57.400
Subtotal clientes		935.357	1.381.767
Adiantamentos a fornecedores			
	12	0	0
Estados e outros entes públicos			
Imposto sobre o rendimento			
Pagamentos especiais por conta	12	52.952	99.722
Pagamentos por conta	12	0	0
Retenções efetuadas por terceiros	12	0	14.857
Imposto a recuperar	12	0	0
IVA	12	2.613	2.938
Outras contribuições	12	0	0
Subtotal Estado e outros entes públicos		55.566	117.517
Acionistas/sócios			
		0	0
Outras contas a receber			
Fornecedores c/c	12	976	5.085
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	12	0	0
Pessoal	12	22.875	31.084
Outros devedores de cobrança duvidosa	12	0	0
Devedores por acréscimos de rendimentos	12	505	8.296
Outros devedores diversos	12	178.234	173.983
Subtotal outras contas a receber		202.590	218.448
Diferimentos			
Gastos a reconhecer	12	286.314	339.811
Caixa e depósitos bancários			
Depósitos bancários			
À ordem	4	2.492.457	269.743
Outros	4	2.282	1.180.000
Caixa	4	4.409	5.732
Subtotal caixa e depósitos bancários		2.499.148	1.455.475
Total do ativo corrente		3.978.974	3.513.018
TOTAL DO ATIVO		11.360.771	12.350.290

Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		2015	2014 (reexpresso)
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital	13	5.325.000	5.325.000
Ações (quotas) próprias		0	0
Outros instrumentos de capital próprio		0	0
Prémios de emissão		0	0
Reservas			
Reservas legais	13	411.332	411.332
Outras reservas		0	0
Resultados transitados	13	(2.968.233)	(3.074.994)
Ajustamentos em ativos financeiros		0	0
Excedentes de reval. de ativos fixos tangíveis e intangíveis			
Antes de imposto sobre o rendimento	13	324.625	1.497.754
Impostos diferidos	13	(69.697)	(452.623)
Outras variações no capital próprio			
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	13	772	1.216
Resultado líquido do período		3.023.799	3.707.685
		(6.517)	(802.415)
Total do capital próprio		3.017.282	2.905.270
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	18.3	4.524.126	5.378.458
Financiamentos obtidos			
Empréstimos bancários	14	133.333	333.333
Locações financeiras	16	14.976	70.004
Subtotal financiamentos obtidos		148.310	403.337
Passivos por impostos diferidos	17	69.697	452.623
Outras contas a pagar		0	0
Total do passivo não corrente		4.742.132	6.234.418
Passivo corrente			
Fornecedores	15	321.594	338.634
Adiantamentos de clientes		0	0
Estado e outros entes públicos			
Imposto sobre o rendimento (IRC)	17	62.874	109.132
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)	17	164.851	160.715
IVA	17	458.305	460.609
Outros impostos (imposto do selo)	17	0	0
Contribuições para a segurança social	17	194.436	191.862
Tributos das autarquias locais	17	616	1.848
Outras tributações	17	122	40
Subtotal Estado e outros entes públicos		881.205	924.205
Acionistas/sócios	17	0	0
Financiamentos obtidos			
Empréstimos bancários	14	200.000	200.000
Descobertos bancários		0	0
Locações financeiras	16	55.012	92.699
Outros financiadores		0	0
Subtotal financiamentos obtidos		255.012	292.699
Outras contas a pagar			
Fornecedores de investimentos	15	23.957	41.353
Credores por acréscimos de gastos	17	1.749.767	1.443.866
Pessoal	17	1.404	1.564
Outros credores diversos	17	300.538	131.394
Subtotal outras contas a pagar		2.075.666	1.618.176
Diferimentos			
Rendimentos a reconhecer	17	67.881	36.887
Total do passivo corrente		3.601.357	3.210.601
Total do passivo		8.343.489	9.445.020
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		11.360.771	12.350.290

A Contabilista Certificada,


O Conselho de Administração,



**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados			
Contrato com o Estado	21	10 699 904	10 732 106
Outras	21	4 131 913	3 862 124
Subtotal vendas e serviços prestados		14 831 817	14 594 230
Subsídios à exploração	22	10 495	0
Ganhos/perdas imputados de subsid., assoc. e empreend. conjuntos	22	0	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0	0
Fornecimentos e serviços externos	23	(3 852 659)	(3 867 680)
Gastos com o pessoal			
Remunerações dos órgãos sociais	24	(122 428)	(126 709)
Remunerações do pessoal	24	(8 252 383)	(8 192 122)
Encargos sociais e outros	24	(1 970 066)	(1 993 673)
Subtotal gastos com o pessoal		(10.344.877)	(10.310.504)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Clientes	18 1/22	(300 539)	(60 778)
Outros devedores	18 1/22	(13 321)	0
Subtotal imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(313.860)	(60.778)
Imparidade em investimentos financeiros (perdas/reversões)		(35 000)	0
Provisões (aumentos/reduções)	18 3/22	(24 768)	15 000
Aumentos/reduções de justo valor	22	0	1
Outros rendimentos e ganhos			
Rendimentos suplementares	22	16 045	14 908
Descontos de pronto pagamento obtidos	22	0	0
Ganhos em inventários	22	0	0
Rendimentos e ganhos em subsid., assoc. e empreend. conjuntos	22	0	0
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros			
Alienações	22	374 616	4 584
Sinistros	22	2 022	9 235
Outros	22	0	0
Outros			
Correções relativas a exercícios anteriores	22	0	0
Excesso de estimativa para impostos	22	0	0
Descontos	22	16 922	39 875
Diferenças de câmbio favoráveis	22	52 110	26 632
Reembolsos diversos	22	6 520	5 765
Diversos	22	20 886	49 963
Diferenças de conversão favoráveis	22	0	0
Subtotal outros rendimentos e ganhos		489.120	150.960
Outros gastos e perdas			
Impostos	22	(43 545)	(46 436)
Dívidas incobráveis	22	(15 925)	0
Perdas em inventários	22	0	0
Gastos e perdas em subs., assoc. e empreend. conjuntos	22	0	0
Gastos e perdas em investimentos não financeiros			
Alienações	22	0	0
Sinistros	22	0	0
Abates	22	(701)	(370)
Outros	22	0	0
Outros			
Correções relativas a exercícios anteriores	22	0	0
Doativos	22	0	0
Quotizações	22	(27 915)	(13 817)
Diferenças e amostras de inventários	22	0	0
Insuficiência da estimativa para impostos	22	(6 300)	(1 253)
Perdas em investimentos financeiros	22	0	0
Despesas não documentadas	22	(1 568)	(3 955)
Outros não especificados			
Serviços bancários	22	(73 132)	(88 076)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	22	(61 639)	(5 152)
Subsídios de alimentação de estagiários	22	0	0
Multas e penalidades	22	(32 850)	(3 465)
Diversos	22	(2 170)	(1 296)
Diferenças de conversão desfavoráveis	22	0	0
Subtotal outros gastos e perdas		(265.745)	(163.820)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		494.524	357.404
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Ativos fixos tangíveis	22	(383 002)	(441 928)
Ativos intangíveis	22	0	0
Subtotal gastos/reversões de depreciação e de amortização		(383.002)	(441.928)
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0	0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		111.522	(84.525)
Juros e rendimentos similares obtidos			
De depósitos	25	2 516	11 264
Outros	25	323	599
Subtotal juros e rendimentos similares obtidos		2.841	11.863
Juros e gastos similares suportados			
Com empréstimos bancários			
Curto prazo	25	0	(56)
Médio e longo prazo	25	(12 042)	(40 237)
Com leasing	25	(4 893)	(8 290)
Com outros financiamentos	25	(4)	0
Subtotal juros e gastos similares suportados		(16.938)	(48.584)
Resultado antes de impostos		97.424	(121.245)
Imposto sobre o rendimento do período			
Imposto corrente do período	6	(347 939)	(315 251)
Imposto diferido do período	6	(243 991)	(565 918)
		(103.941)	(681.170)
Resultado líquido do período		(6.517)	(802.435)

A Contabilista Certificada,
Isabel P. F. Duarte Silva

O Conselho de Administração,

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

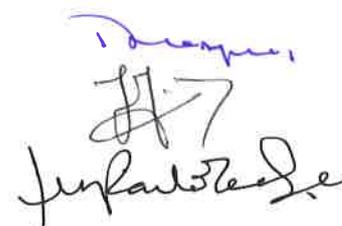
(valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	21	14.831.817	14.594.224
Custos das vendas e dos serviços prestados		(10.996.399)	(10.447.332)
Resultado bruto		3.835.418	4.146.892
Outros rendimentos	22	520.345	170.399
Gastos de distribuição		(233.058)	(302.510)
Gastos administrativos		(1.181.653)	(1.789.616)
Gastos de investigação e desenvolvimento		0	0
Outros gastos		(2.829.530)	(2.309.689)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		111.522	(84.525)
Gastos de financiamento (líquidos)	25	(14.098)	(36.721)
Resultado antes de impostos		97.424	(121.245)
Imposto sobre o rendimento do período	6	(103.941)	(681.170)
Resultado líquido do período		(6.517)	(802.415)
Resultados por ação	26	(0,00)	(0,38)

A Contabilista Certificada,



O Conselho de Administração,



**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(valores expressos em euros)

Descrição	Notas	Capital	Reserva Legal	Excedentes de revalorização	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Distribuição de dividendos	Total do capital próprio
Saldo em 01 de Janeiro de 2015 (Reexpresso)	13	5.325.000	411.332	1.045.131	(3.074.994)	1.216	(802.415)	-	2.905.270
Alterações no período									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	(443)	-	-	(443)
Ajustamentos de reexpressão		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de excedentes de revalorização (i)	13	-	-	(1.173.130)	1.173.130	-	-	-	0
Ajustamentos por impostos diferidos (ii)	6	-	-	382.926	(263.954)	-	-	-	118.972
Aplicação de resultados		-	-	-	-	-	802.415	-	-
		5.325.000	411.332	254.928	(2.968.233)	772	-	-	3.023.798
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(6.517)	-	(6.517)
Resultado integral		-	-	-	-	-	(6.517)	-	(6.517)
Operações com detentores de capital no período									
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2015	13	5.325.000	411.332	254.928	(2.968.233)	772	(6.517)	-	3.017.282

(i) Estes valores respeitam ao efeito da realização dos excedentes de revalorização relativos ao imóvel em Macau, por efeito da sua alienação em novembro de 2015 (cfr. Notas 6. e 8.).

(ii) Estes valores traduzem o efeito da reversão dos impostos diferidos relativos aos excedentes de revalorização do imóvel em Macau, alienado em novembro de 2015 (cfr. Notas 6. e 8.).

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (reexpresso)**

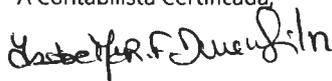
(valores expressos em euros)

Descrição	Notas	Capital	Reserva Legal	Excedentes de revalorização	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Distribuição de dividendos	Total do capital próprio
Saldo em 01 de Janeiro de 2014		5.325.000	411.332	1.038.951	442.673	1.235	(1.017.804)	-	6.201.396
Alterações no período									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	(23)	-	-	(23)
Ajustamentos de reexpressão (i)	5	-	-	-	(2.534.817)	-	-	-	(2.534.817)
Ajustamentos de excedentes de revalorização		-	-	(45.102)	-	-	-	-	(45.102)
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	51.283	(10.148)	-	-	-	41.135
Aplicação de resultados		-	-	-	-	-	1.017.804	-	45.102
		5.325.000	411.332	1.045.131	(3.074.994)	1.216	-	-	3.707.685
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(802.415)	-	(802.415)
Resultado integral		-	-	-	-	-	(802.415)	-	(802.415)
Operações com detentores de capital no período									
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2014 (reexpresso)	13	5.325.000	411.332	1.045.131	(3.074.994)	1.216	(802.415)	-	2.905.270

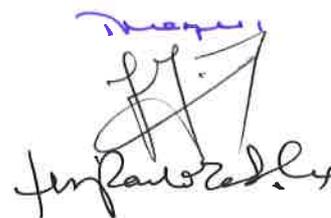
(i) O valor constante desta rubrica respeita a:

- Ao reconhecimento de IRC relativo a 2011 e 2012 e respetivos juros compensatórios e de mora, no montante de 879.101 euros (Nota 2.3. e Nota 6.);
- À atualização dos juros compensatórios e outras despesas na provisão para o processo do IVA (exercícios de 2001 e 2002), no montante de 972.447 euros (cfr. 18.3.);
- Ao registo da provisão para o IRC de 2011 relativo ao desconhecimento do Arquivo de Imagem, correspondente a capital e juros respeitantes a exercícios anteriores a 2015, no montante de 683.269 euros (Notas 2.3., 6. e 18.3.).

A Contabilista Certificada



O Conselho de Administração,

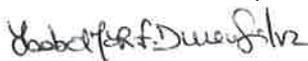


**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

Euros

	NOTAS	EXERCÍCIO	
		2015	2014
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		15.286.052	14.615.755
Pagamentos a fornecedores		(3.609.643)	(3.871.602)
Pagamentos ao pessoal		(10.245.536)	(10.408.798)
Fluxos gerados pelas operações		1.430.873	335.355
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(964.456)	(81.315)
Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional		(115.920)	(30.454)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		350.498	223.586
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		0	0
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		0	0
Fluxos das Actividades Operacionais (1)		350.498	223.586
Actividades de Investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		0	0
Imobilizações corpóreas		1.470.727	5.916
Imobilizações incorpóreas		0	0
Juros e proveitos similares		3.151	12.174
Dividendos		0	0
Outros		0	0
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(400.693)	(268)
Imobilizações corpóreas		(69.914)	(192.820)
Imobilizações incorpóreas		0	0
Outros		0	0
Fluxos das Actividades de Investimento (2)		1.003.271	(174.998)
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0	50.239
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		0	0
Subsídios e doações		0	0
Venda de acções (quotas) próprias		0	0
Outros		0	0
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(200.000)	(283.333)
Amortização de contratos de locação financeira		(92.715)	(90.619)
Juros e custos similares		(16.938)	(48.584)
Dividendos		0	0
Redução de capital e prestações suplementares		0	0
Aquisição de acções (quotas) próprias		0	0
Outros		0	0
Fluxos das Actividades de Financiamento (3)		(309.654)	(372.297)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		1.044.116	(323.709)
Efeito das diferenças de câmbio		(443)	(23)
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.455.475	1.779.207
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2.499.148	1.455.475

A Contabilista Certificada,



O Conselho de Administração,





V. Anexo às demonstrações financeiras

V. Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

1. Introdução

A Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (“Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 31 de julho de 1997 e com sede em Lisboa, na Rua Dr. João Couto – Lote C.

A Lusa tem como atividade principal ser uma agência noticiosa, competindo-lhe assegurar uma informação factual, isenta, rigorosa e digna de confiança, prestando principalmente serviços de recolha de material noticioso ou de interesse informativo e o seu tratamento para difusão, divulgação do material recolhido, prestação ao Estado Português dos serviços de interesse público relativos à informação dos cidadãos e a prestação de serviços de telecomunicações de valor acrescentado no âmbito do exercício das atividades referidas, sendo esta atividade anteriormente desempenhada pela Agência Lusa de Informação – C.I.P.R.L., tendo a Empresa adquirido o estabelecimento comercial da referida cooperativa.

Em 21 de dezembro de 2012, a Empresa celebrou com o Estado Português um novo Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, mediante o qual assumiu um conjunto de obrigações e foi determinada uma fórmula de remuneração da Empresa, num montante a ser pago mensalmente pelo Estado, em função dos serviços prestados pela Empresa. Em 18 de dezembro de 2015, foi celebrado um Aditamento ao Contrato em que as partes acordaram prorrogar a sua vigência até 30 de junho de 2016.

As demonstrações financeiras anexas, reportadas ao exercício económico de 12 meses, terminado em 31 de dezembro de 2015, são apresentadas em base individual.

Apesar de as operações da Empresa no Brasil se desenvolverem através de uma entidade que assume a forma jurídica de sociedade comercial, sob a denominação Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (“Lusa Brasil”) e formalmente independente da Empresa, no entendimento desta, aquela entidade na substância corresponde efetivamente a uma delegação, que opera de forma similar às restantes delegações da Empresa, apenas tendo sido autonomizada juridicamente para cumprir os requisitos específicos da legislação Brasileira. Consequentemente, a Empresa integra nas suas demonstrações financeiras as demonstrações financeiras da Lusa Brasil.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração na sua reunião de 9 de março de 2016, sendo esta a data relevante para efeitos da autorização para divulgação das mesmas, embora tal divulgação dependa da sua aprovação pelos Acionistas, os quais podem determinar eventuais alterações, em sede de assembleia geral.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base no Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) e respetivas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI).

A adoção das NCRF ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do anterior referencial contabilístico (POC) para este normativo foi fixada em 1 de janeiro de 2009, de acordo com o disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

2.2. Derrogações às disposições do SNC

Não foram expressamente derogadas disposições do SNC que sejam suscetíveis de afetar materialmente a imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, resultados e fluxos de caixa da Empresa.

2.3. Comparabilidade

No presente exercício foi efetuado o reconhecimento em Resultados Transitados, por ser entendimento do Conselho de Administração que se trata de erros de exercícios anteriores conforme definidos na NCRF 4, das seguintes situações:

- Reconhecimento de IRC relativo a 2011 e 2012 e juros respeitantes a exercícios anteriores a 2015, no montante de 879.100 euros (Nota 5.);
- Registo da provisão para o IRC de 2011 relativo ao desreconhecimento do Arquivo de Imagem, correspondente a capital e juros respeitantes a exercícios anteriores a 2015, no montante de 683.269 euros (Nota 5.);
- Atualização dos juros compensatórios e outras despesas na provisão para o processo do IVA (exercícios de 2001 e 2002), no montante de 972.447 euros (Nota 5. e 18.3.).

Em consequência, as demonstrações financeiras de 2014 foram reexpressas como se segue:

Efeito da reexpressão no Balanço de 2014	Saldo inicial	Ajustamentos	Saldo reexpresso
Capitais próprios			
Resultado transitados	(540.177)	(2.534.817)	(3.074.994)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Impostos	-	1.562.370	1.562.370
Processos judiciais em curso	2.843.641	972.447	3.816.088
	2.843.641	2.534.817	5.378.458
Capitais próprios + Passivo	2.303.464	-	2.303.464

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Tendo em atenção o normativo definido no SNC, designadamente nas várias NCRF e Interpretações publicadas, apresentam-se de seguida as principais políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos ativos e passivos da Empresa.

3.1.1. Ativos fixos tangíveis

Exceto no que se refere aos imóveis da Lusa, em que na sua mensuração é adotado o método da revalorização, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida económica útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 – 10
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	3 – 8

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2000, a Empresa efetuou uma reavaliação livre das frações detidas naquela data no “Edifício Lusa”, registadas nas rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”, com base em avaliações do seu valor de mercado.

No exercício de 2013, procedeu-se a uma revisão dos valores dos imóveis, tendo em vista a adequação do seu valor ao valor de mercado.

As avaliações foram efetuadas por avaliadores independentes e o seu resultado encontra-se espelhado na Nota 8.

3.1.2. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem projetos de desenvolvimento, estão registados ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.1.3. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros estão mensurados ao custo de aquisição deduzido de imparidades, quando existentes.

3.1.4. Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como:

- Locação financeira, se através deles forem transferidos para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à posse; e
- Locação operacional, se através deles não forem transferidos para a Empresa todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira - através dos quais são transferidas para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à sua posse - bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.1.5. Inventários

No exercício de 2013, a empresa alterou a política contabilística relativa à classificação das existências, compostas maioritariamente por economato, que passaram a ser reconhecidas como gasto no exercício em que ocorre a sua aquisição.

3.1.6. Instrumentos financeiros

3.1.6.1. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável.

3.1.6.2. Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, vencíveis a menos de 3 meses e imediatamente mobilizáveis, à exceção de um depósito a prazo constituído no Banco Popular Portugal, S.A., no montante de 400 mil euros, para garantia de um empréstimo de mútuo contraído à mesma entidade em agosto de 2012 (cfr. Nota 14.).

Em fevereiro de 2016 procedeu-se à desmobilização de 100 mil euros, verba que corresponde às amortizações efetuadas no período compreendido entre setembro de 2015 e essa data.

3.1.6.3. Empréstimos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal. Não existem situações em que a eventual aplicação do método do custo amortizado conduzisse a diferenças de mensuração materialmente relevantes.

Os empréstimos com vencimento inferior a 1 ano são classificados como passivos correntes, sendo os outros classificados como passivos não correntes.

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício, de acordo com o princípio do acréscimo.

3.1.6.4. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

3.1.7. Imparidade de dívidas a receber

Foram constituídos ajustamentos em dívidas a receber de clientes e de outros devedores, de acordo com a expectativa de perdas a incorrer na sua cobrança não só tendo em consideração o critério fiscal mas essencialmente o critério económico (Nota 18.1.).

3.1.8. Especialização dos exercícios

Os réditos e gastos são reconhecidos no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos gerados são registadas nas rubricas de "devedores e credores por acréscimos" e "diferimentos".

3.1.9. Subsídios

Tendo em atenção as disposições previstas na NCRF 22 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação dos Apoios do Governo, a Empresa apenas reconhece os subsídios nas suas demonstrações financeiras quando recebidos ou após existir segurança de que a Empresa cumprirá as condições a eles associadas.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em resultados de forma sistemática, durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

Os subsídios ao investimento, quando ocorrem, são inicialmente registados em capitais próprios, sendo subseqüentemente transferidos para resultados durante a vida útil do respetivo ativo subsidiado.

3.1.10. Rédito

O rédito apenas é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos inerentes à transação fluam para a Empresa e quando é possível apurar o seu valor com fiabilidade, sendo registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquido de descontos e de devoluções expectáveis, tendo em atenção o princípio da especialização.

A Empresa regista os montantes que lhe são atribuídos, para fazer face aos custos que incorre com serviços de interesse público, relacionados com o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa, na rubrica de "Prestações de serviços" do exercício a que dizem respeito, de acordo com a especialização dos exercícios.

3.1.11. Imposto sobre o rendimento, incluindo impostos diferidos

O imposto do rendimento do exercício é constituído por imposto corrente e por imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 25.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.1.12. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os efeitos decorrentes de alterações em taxas de câmbio são tratados de acordo com o disposto na NCRF 23.

Neste sentido, as transações em moeda estrangeira são registadas no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional (Euro), pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes nas datas de cobrança, pagamento ou à data do balanço, são registadas em resultados do período em que ocorrem.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras das delegações, expressas em moeda estrangeira foram incluídas na demonstração dos resultados nas rubricas de resultados operacionais. A conversão daquelas demonstrações financeiras é efetuada, considerando as seguintes taxas de câmbio: i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os ativos e passivos monetários, ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração dos resultados e iii) taxa de câmbio histórica para converter os ativos e passivos não monetários e as rubricas de capital próprio.

Os valores constantes das demonstrações financeiras da Delegação do Brasil, expressos em Reais, foram convertidos para Euros com base na aplicação do método da taxa histórica. Assim, e com base nesse método, as taxas de câmbio utilizadas foram as seguintes:

Taxas Históricas Real/Euro	2015	2014
janeiro	0,3264	0,3083
fevereiro	0,3127	0,3069
março	0,2941	0,3107
abril	0,3049	0,3240
maio	0,2932	0,3277
junho	0,2862	0,3291
julho	0,2824	0,3321
agosto	0,2556	0,3309
setembro	0,2290	0,3323
outubro	0,2294	0,3224
novembro	0,2463	0,3142
dezembro	0,2373	0,3077
Taxa de fecho	0,2748	0,3205
Taxa média do ano	0,2373	0,3077

3.1.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando e somente quando, a Empresa teme uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um acontecimento passado em que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões existentes respeitam a processos judiciais em curso, cujos montantes foram determinados com base na estimativa que a Empresa e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade, e impostos (cfr. Nota 18.3.).

3.1.14. Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota. Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no Anexo quando é expectável a existência de um benefício económico futuro.

3.1.15. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

4. Fluxos de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa evidenciados em balanço não estão afetados por quaisquer condicionantes suscetíveis de afetar a sua utilização futura.

O detalhe dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é o seguinte:

Natureza	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Caixa (dinheiro em caixa)	4.409	5.732
Depósitos á Ordem	2.492.457	269.743
Depósitos a Prazo	2.282	1.180.000
Total de caixa e seus equivalentes	2.499.148	1.455.475

A variação de caixa e seus equivalentes, em 2015, resulta fundamentalmente da alienação do imóvel em Macau (cfr. Nota 8.).

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Em 2015, a Empresa procedeu a ajustamentos significativos em Resultados Transitados, decorrentes das seguintes situações:

- Inspeção da Autoridade Tributária, de que resultou:

- ❖ O reconhecimento de IRC a pagar relativo aos exercícios de 2011 e 2012 e respetivos juros (compensatórios e de mora), na parte correspondente a exercícios anteriores a 2015¹, nos montantes de 819.035 euros e 60.065 euros, respetivamente (cfr. Nota 6.);
- ❖ A constituição de uma provisão para IRC referente ao desreconhecimento do arquivo de imagem, efetuado em 2011, e respetivos juros (compensatórios) respeitantes a exercícios anteriores a 2015², nos montantes de 619.210 euros e 64.059 euros, respetivamente (cfr. Notas 6. e 18.3.).

- Atualização dos juros e outros encargos na provisão para o processo judicial instaurado contra o Estado, relativo a IVA de 2001 e 2002, no montante de 972.447 euros (cfr. Nota 18.3.).

Estes ajustamentos foram objeto de reexpressão nas demonstrações financeiras de 2014, por ser entendimento do Conselho de Administração que se trata de erros de exercícios anteriores.

¹ A parte correspondente a 2015, no montante de 31.251 euros, foi evidenciada em Gastos do exercício, na rubrica "Multas e penalidades".

² A parte correspondente a 2015, no montante de 24.768 euros, foi evidenciada em provisões do exercício.

6. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), à taxa normal. Deste modo, aplica-se a taxa de 21%. O valor do imposto pode ser incrementado até 1,5% sobre o valor do lucro tributável pela aplicação da derrama municipal. Atendendo ao nível de lucro tributável apurado, superior a 1.500.000 euros, há lugar à aplicação da derrama estadual de 3% sobre o valor do lucro tributável.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado, sendo as mesmas elevadas em 10 pontos percentuais sempre que a Empresa apresente prejuízo fiscal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Durante o exercício de 2015, a Empresa foi objeto de uma inspeção da Autoridade Tributária (AT) relativa às declarações de IRC respeitantes aos exercícios de 2011 e 2012, tendo sido notificada a pagar 910.727 euros, incluindo juros e coimas (quadro abaixo).

Descrição	2011	2012	Total
Capital	87.140	731.895	819.035
Juros:	11.815	79.502	91.317
Compensatórios	11.726	78.678	90.403
Mora	89	824	913
Coimas	188	188	375
Total	99.143	811.584	910.727

Relativamente à declaração de IRC de 2011, a AT concluiu por não aceitar como custo fiscal o desreconhecimento do Arquivo de Imagem e a provisão constituída para o processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002, que se encontra em fase de recurso.

Analisada a fundamentação apresentada no Projeto de Relatório de Inspeção Tributária, a Empresa entendeu não contestar a decisão relativa à provisão, mas discordou da mesma quanto ao desreconhecimento do Arquivo Imagem.

No que respeita à declaração de IRC de 2012, a AT não aceita que seja considerado custo fiscal o custo decorrente do desreconhecimento de ativos relativos a dívidas reclamadas judicialmente ao Estado e da anulação de faturação a entidades institucionais. Neste caso, a Empresa entendeu dar razão à AT.

Assim, simultaneamente, a Empresa deu conhecimento do seu entendimento à AT e entregou as declarações de substituição respeitantes aos exercícios de 2011 e 2012, tendo pago o imposto devido em dezembro de 2015. Mais tarde foi notificada e pagou os juros correspondentes em 2016, os quais foram acrescidos no balanço em 31 de dezembro de 2015.

No decurso de 2016, a Empresa recebeu o Relatório de Inspeção Tributária que manteve as conclusões do Projeto de Relatório e foi notificada para pagar capital e juros relativos ao desreconhecimento do Arquivo Imagem, no montante de 706.850 euros. Uma vez que a AT não alterou a sua decisão, a Empresa está a analisar com os seus advogados a possibilidade de impugnação judicial, tendo sido constituída uma provisão no valor de 708.037 euros para acautelar o risco associado (Notas 2.3. e 18.3.), dos quais 683.269 euros foram reexpressos, em 2014, em resultados transitados. A diferença entre o valor da provisão e o valor da notificação da AT, no montante de 1.187 euros, resulta do facto de não ter sido possível conciliar o valor da AT. Assim, por prudência, a Empresa decidiu registar o valor do capital em dívida, mais os juros compensatórios vencidos à data de 31 de dezembro de 2015, conforme quadro abaixo:

Descrição	2011
Capital	619.210
Juros compensatórios	88.827
Total	708.037

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de doze anos³ após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 2015, a Empresa utilizou os prejuízos fiscais relativos ao exercício de 2013, de 1.002.305 euros, desreconhecidos em 2014 por não haver a expectativa da sua utilização futura, e os prejuízos fiscais de 2014, de 69.431 euros, que não haviam sido reconhecidos pela mesma razão.

Desde 1 de janeiro de 2004 a Empresa deixou de aplicar o regime previsto no Artigo 23.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA), pelo facto do valor do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público celebrado com o Estado ter passado a estar sujeito a IVA à taxa normal.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Empresa foi notificada pela Administração Fiscal a pagar, aproximadamente, 2.600.000 Euros (excluindo juros e coimas), em resultado de revisões efetuadas em sede de IVA a determinadas transações ocorridas nos exercícios de 2001 e 2002. A Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que as mesmas não têm fundamento. Na data de preparação destas demonstrações financeiras, o processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002 encontra-se em fase de recurso, após o Tribunal Tributário de Lisboa, em julho de 2011, ter julgado improcedente a ação da Lusa. Para acautelar esta contingência, foi constituída uma provisão em dezembro de 2011, atualizada em 972.447 euros no exercício

³ O período de reporte de doze anos aplica-se aos prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2014 e 2015; nos exercícios de 2011 e 2013 o período de reporte era de quatro e cinco anos, respetivamente.

de 2015 e, dado que diz respeito a exercícios anteriores, considerada na reexpressão do exercício de 2014, conforme Nota 2.3. (vide também Nota 18.3.).

Impostos diferidos

Conforme referido na Nota 3.1.11., o imposto sobre o rendimento do exercício foi apurado de acordo com o preconizado na NCRF 25 – Impostos Sobre o Rendimento. Na mensuração do custo de imposto, além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de imposto corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de imposto e o lucro tributável originadas no exercício ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data de balanço.

O montante de imposto, quer corrente, quer diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos em reservas, é registado diretamente nestas rubricas não afetando o resultado do exercício.

À data de balanço, os impostos diferidos são atualizados por eventuais alterações na taxa de tributação que se espera estar em vigor à data da sua reversão, bem como por eventuais alterações na legislação fiscal relevante.

Tal como estabelecido na referida NCRF, são reconhecidos ativos por impostos diferidos, sempre que exista razoável segurança de que possam vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro ou quando existam impostos diferidos passivos, cuja reversão seja expectável no mesmo exercício dos impostos diferidos a constituir.

No cálculo dos impostos diferidos procedeu-se ao desreconhecimento dos ativos por impostos diferidos associados a imparidades de dívidas a receber, por se considerar que existe o risco de não serem recuperáveis.

a) Reconciliação da taxa de imposto

	2015	2014
Resultado antes de impostos	97.424	(121.245)
Taxa nominal de imposto (i)	22,5%	24,5%
<hr/>		
Débito de imposto esperado	21.920	(29.705)
Diferenças permanentes (ii)	39.319	595.623
Tributações autónomas (iii)	42.702	115.251
Imposto sobre o rendimento do exercício	103.941	681.170
<hr/>		
Imposto corrente (Nota 17.)	347.939	115.251
Ajustamentos relacionados c/alteração da taxa de imposto diferido	-	10.562
Imposto diferido gerado no exercício	(243.998)	555.356
	103.941	681.170

(i) A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC, à taxa normal. Deste modo, no exercício de 2015, aplica-se a taxa de 21%. O valor do imposto pode ser incrementado até 1,5% sobre o valor do lucro tributável pela aplicação da derrama.

(ii) Este montante tem a seguinte composição:

Multas e outras penalidades	32.850	3.465
Imposto complementar em Macau	184.311	-
Outras situações, líquidas (a)	(42.411)	2.427.651
	174.751	2.431.116
Taxa nominal de imposto	22,5%	24,5%
	39.319	595.623

(a) Em 2014 o valor refere-se a prejuízos fiscais relativos aos exercícios de 2013 e 2014.

(iii) Este montante representa a parcela de imposto relativa à tributação autónoma de certas despesas da Empresa, nos termos da legislação fiscal em vigor.

b) Movimento dos impostos diferidos

2015	Saldo inicial	Ajustamentos (i)	Constituição/ Reversão	Saldo final
Impostos diferidos ativos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	0	0	0	0
Imparidades não aceites fiscalmente	19.956	0	(19.956)	0
	19.956	0	(19.956)	0
Impostos diferidos passivos:				
Excedentes de revalorização	452.623	(118.972)	(263.955)	69.697

(i) Inclui:

- Excedentes de revalorização em excesso à taxa de imposto de 22,5%.

2014	Saldo inicial	Ajustamentos (i)	Constituição/ Reversão	Saldo final
Impostos diferidos ativos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	571.532	(49.698)	(521.834)	0
Imparidades não aceites fiscalmente	24.490	(1.999)	(2.535)	19.956
	596.022	(51.698)	(524.368)	19.956
Impostos diferidos passivos:				
Excedentes de revalorização	503.906	(41.135)	(10.148)	452.623

(i) Inclui:

- Prejuízos fiscais reportáveis: alteração da taxa de imposto de 23% para 21%;
- Imparidades não aceites fiscalmente: alteração da taxa de imposto de 24,5% para 22,5%;
- Excedentes de revalorização à taxa de imposto de 22,5%.

7. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não ocorreram movimentos nos ativos intangíveis, nem nas respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ativos intangíveis constituídos por projetos de desenvolvimento no montante de 633.758 euros encontram-se totalmente amortizados.

8. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2015	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.493.641	9.707.509	4.686.573	270.463	7.439	419.232	2.883.464	98.423	19.566.744
Aquisições	-	-	24.940	23.848	127	2.625	660	-	52.200
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	48.184	(581.490)	-	(865)	(8.612)	(71.909)	(98.423)	(713.115)
Alienações	-	(2.284.169)	(745)	(135.487)	-	(2.219)	-	-	(2.422.620)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.493.641	7.471.524	4.129.277	158.824	6.701	411.026	2.812.215	-	16.483.209
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(3.055.297)	(4.382.459)	(240.992)	(7.439)	(416.609)	(2.796.900)	-	(10.899.696)
Reforços	-	(186.194)	(132.912)	(12.688)	(127)	(4.331)	(46.749)	-	(383.002)
Regularizações por revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Regularizações por alien., transf. e abates	-	814.687	631.577	135.487	865	10.801	71.909	-	1.665.326
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(2.426.803)	(3.883.794)	(118.194)	(6.701)	(410.140)	(2.771.740)	-	(9.617.372)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2015	1.493.641	5.044.721	245.483	40.630	-	886	40.475	-	6.865.837

Em 2015, o aumento na rubrica de "Equipamento básico" resultou, sobretudo, da aquisição de equipamento fotográfico. No mesmo exercício, o aumento verificado em "Equipamento de transporte" decorreu da aquisição de uma viatura para a delegação de Maputo.

No decurso de 2015 efetuou-se o abate de bens descontinuados, cujo valor líquido contabilístico é nulo e procedeu-se à alienação do imóvel em Macau.

A Lusa adota, na mensuração dos imóveis integrados no ativo fixo tangível, o método da revalorização.

31 de dezembro de 2014	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em €MISO	Total
Ativo bruto									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.493.641	9.707.509	4.632.963	288.150	7.439	417.551	2.844.690	96.815	19.488.758
Aquisições	-	-	50.574	19.629	-	4.797	19.136	98.423	192.559
Revalorizações	130.406	(130.406)	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	(130.406)	130.406	34.271	-	-	(3.116)	19.638	(96.815)	(46.022)
Alienações	-	-	(31.235)	(37.316)	-	-	-	-	(68.551)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.493.641	9.707.509	4.686.573	270.463	7.439	419.232	2.883.464	98.423	19.566.744
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(2.862.453)	(4.288.868)	(270.149)	(7.439)	(412.957)	(2.725.750)	-	(10.567.616)
Reforços	-	(192.844)	(160.830)	(8.159)	-	(6.768)	(73.327)	-	(441.928)
Regularizações por revalorizações	-	39.122	-	-	-	-	-	-	39.122
Regularizações por alienações e abates	-	(39.122)	67.239	37.316	-	3.116	2.177	-	70.725
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(3.055.297)	(4.382.459)	(240.992)	(7.439)	(416.609)	(2.796.900)	-	(10.899.696)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2014	1.493.641	6.652.212	904.113	29.471	-	2.623	86.564	98.423	8.667.047

Em 2000 foram fixados os primeiros montantes revalorizados para o edifício da sede.

Relativamente ao exercício de 2013 procedeu-se a uma revisão dos valores dos imóveis.

Eram os seguintes os imóveis da Lusa:

- Em Portugal: "Edifício Lusa", sito na R. Dr. João Couto, Lote C, Lisboa, constituído por 10 frações (A, B, C, D, E, F, G, H, I, J), distribuídas por 9 andares;
- Em Macau - Fração A2 do edifício sito na Avenida da República, 72/72A (em Macau os terrenos são da propriedade do Governo da Região Administrativa Especial de Macau);
- Em Timor - Edifício em terreno arrendado (não propriedade da Lusa) na Avenida de Portugal, Díli.

Em 31 de dezembro de 2012 eram os seguintes os valores relativos ao Edifício Lusa, em Lisboa:

Custo aquisição do terreno	Custo aquisição do edifício	Total custo aquisição
1.445.059,24	6.662.331,49	8.107.390,73

Reavaliação terreno ano 2000	Reavaliação edifício ano 2000	Valor terreno após reavaliação	Valor bruto edifício após reavaliação	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor líquido Contabilístico 31.12.2012
219.698,02	831.369,39	1.664.757,26	7.493.700,88	1.989.985,82	7.168.472,32

Com base em relatório de avaliação do Edifício Lusa, em Lisboa, realizado por avaliador independente, procedeu-se a uma nova revalorização, na circunstância, com diminuição do valor, tendo sido adotados os seguintes procedimentos:

- O novo valor, de 6.566.175,00 euros, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação do exercício de 2013 foi, assim, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- A repartição do novo valor resultante da avaliação foi dividido numa parcela relativa ao terreno e noutra respeitante ao edifício, tendo sido adotada, na repartição, as taxas que refletiam a divisão em 31 de dezembro de 2012 do valor do imóvel, líquido de depreciações do edifício, sem a consideração de qualquer prévia revalorização: 22,75% para o terreno e 77,25% para a edificação (valor atribuído contabilisticamente aquando da aquisição e valor de obras subsequentes registadas como ativo fixo tangível, líquidos de depreciações acumuladas, procurando, deste modo, albergar o natural decréscimo do valor do edifício, pela passagem do tempo);
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes correspondem à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

De tudo resulta a seguinte expressão contabilística do imóvel Edifício Lusa, em Lisboa, relativamente a 31 de dezembro de 2013:

Novo valor do terreno	Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
1.493.641,23	6.956.824,11	1.884.290,34	6.566.175,00	143.817,26	6.422.357,74

Estas alterações implicaram que a reserva de revalorização não realizada tenha passado para 211.164,70 euros (a reserva de revalorização no termo de 2012 era de 815.867,96 euros, incluindo uma parte realizada de 235.199,45 euros) e o passivo por impostos diferidos tenha ficado em 39.641,49 euros (163.868,47 euros no termo de 2012).

As rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções” englobam as frações do “Edifício Lusa” que foram cedidas a título definitivo pelo Estado Português pelo montante global de 2.982.811 Euros, de acordo com o Auto de Cessão da Direção-Geral do Património, de 25 de novembro de 1997, e de acordo com a Portaria n.º 995/97, de 26 de novembro.

De acordo com a legislação supra referida, e nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70 de 13 de março, se aos bens cedidos não for dado o destino que justificou a cessão, ou se o cessionário culposamente deixar de cumprir qualquer condição ou encargo, o Secretário de Estado do Tesouro pode, ouvido o cessionário, ordenar a reversão dos bens cedidos, para o domínio do Estado, não tendo o cessionário direito, salvo caso de força maior, à restituição de importâncias pagas ou à indemnização por benfeitorias realizadas, sendo que o direito de

reversão só pode ser exercido dentro de um ano, a contar do conhecimento oficial do facto que lhe deu causa.

O valor do imóvel de Macau estava registado ao custo histórico, líquido de depreciações. Dados os indícios de sustentada subida do seu valor, procedeu-se, também, a uma avaliação por entidade independente.

De referir que o terreno é propriedade Governo da Região Administrativa Especial de Macau, não traduzindo qualquer encargo para a Lusa.

Aquando da aquisição do imóvel, considerou-se que 25% do valor do mesmo era do terreno. De facto, como já foi referido, o valor do imóvel é apenas o da edificação, pelo que no presente exercício se efetuou a correspondente reclassificação de terreno para edifícios, tendo-se reajustado as depreciações acumuladas, por contrapartida de resultados transitados, naturalmente, imaterial.

Em 31 de dezembro de 2012 eram os seguintes os valores relativos ao imóvel de Macau:

Ano aquisição	Valor do edifício	Total bruto 31.12.2012	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2012
01-01-1998	521.625,62	521.625,62	156.487,69	365.137,93

Os procedimentos de registo da revalorização foram idênticos aos descritos para o imóvel da sede:

- O novo valor, de 1.598.918 euros, conversão do montante de 17.500.000 MOP à taxa de final do ano de 2013, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação dado exercício de 2013 foi, assim, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes correspondem à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

A expressão contabilística do imóvel de Macau, relativamente a 31 de dezembro de 2013, ficou como segue:

Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
2.284.168,88	685.250,66	1.598.918,22	45.683,38	1.553.234,84

Estas alterações implicaram a constituição de reserva de revalorização não realizada de 1.198.529 euros e um passivo por impostos diferidos de 423.187 euros.

O valor do edifício de Díli estava, igualmente, registado ao custo histórico, líquido de depreciações. Procedeu-se, também, a uma avaliação por entidade independente, da qual resultou um aumento do montante contabilístico.

Deve referir-se que, em Díli, a propriedade do terreno não é da Lusa, pagando esta uma renda pela sua ocupação mediante a edificação.

Em 31 de dezembro de 2012 eram os seguintes os valores relativos ao imóvel de Díli:

Ano aquisição	Valor do edifício	Total bruto 31.12.2012	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2012
31-12-2002	295.429,07	295.429,07	59.578,18	235.850,89

Os procedimentos de registo da revalorização foram os seguintes:

- O valor da avaliação é de 496.778 euros, conversão do montante de 680.785 USD à taxa de final do ano de 2013;
- Àquele valor atribuído ao imóvel foi, todavia, efetuada uma dedução, de 124.343,26 euros, para, prudentemente, acautelar a hipótese de o valor da avaliação poder conter total ou parcialmente o valor do terreno, sendo aquele montante o valor atual das rendas futuras, em perpetuidade, tendo por base uma taxa de atualização de 10%;
- Obteve-se, assim, um valor de 372.435 euros para o edifício;
- O valor do edifício assim obtido, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação do exercício de 2013 foi, como nos outros casos, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes correspondem à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

A expressão contabilística do imóvel de Díli, relativamente a 31 de dezembro de 2013, ficou como segue:

Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
466.515,73	94.080,67	372.435,06	9.330,31	363.104,74

Estas alterações implicaram a constituição de reserva de revalorização não realizada de 133.162 euros e um passivo por impostos diferidos de 41.078 euros.

Os valores respeitantes aos imóveis ficaram, deste modo, em 31 de dezembro de 2013, com a seguinte decomposição (valores em euros):

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz.	Imposto Diferido
Lisboa	1.493.641,23	6.956.824,11	2.028.107,60	4.928.716,51	6.422.357,74	211.164,70	39.641,49
Macau	0,00	2.284.168,88	730.934,04	1.553.234,84	1.553.234,84	1.198.529,42	423.186,64
Díli	0,00	466.515,73	103.410,99	363.104,74	363.104,74	133.162,44	41.077,91
Totais	1.493.641,23	9.707.508,72	2.862.452,63	6.845.056,09	8.338.697,32	1.542.856,56	503.906,04

Em 31 de dezembro de 2014, os valores respeitantes aos imóveis têm a seguinte decomposição (valores em euros):

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz.	Imposto Diferido
Lisboa	1.493.641,23	6.956.824,11	2.165.937,81	4.790.886,30	6.284.527,53	204.735,10	34.958,79
Macau	0,00	2.284.168,88	776.617,41	1.507.551,47	1.507.551,47	1.163.278,58	380.709,35
Díli	0,00	466.515,73	112.741,30	353.774,43	353.774,43	129.740,76	36.954,72
Totais	1.493.641,23	9.707.508,72	3.055.296,52	6.652.212,20	8.145.853,43	1.497.754,44	452.622,86

Em 2015 o imóvel em Macau foi alienado por 1.824.286 euros (15.500.000 HKD), tendo gerado uma mais-valia contabilística de 354.804 euros.

Como resultado da reavaliação livre (Nota 3.1.1.), as depreciações do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aumentadas, em termos líquidos, em 9.851 euros. O acréscimo de depreciações resultante de reavaliações livres não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Adicionalmente, as depreciações de exercícios futuros serão aumentadas em, aproximadamente, 276.043 euros cujo montante não é aceite como custo para efeitos fiscais.

Em 31 de dezembro de 2015, os valores respeitantes aos imóveis têm a seguinte decomposição:

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz.	Imposto Diferido
Lisboa	1.493.641	7.005.008	2.304.732	4.700.277	6.193.918	198.306	33.512
Díli	0	466.516	122.072	344.444	344.444	126.319	36.185
Totais	1.493.641	7.471.524	2.426.803	5.044.721	6.538.362	324.625 (i)	69.697

(i) Este valor engloba a revalorização dos edifícios no valor de 276.043 euros e o montante referente ao terreno, de 48.582 euros.

Como garantia do integral cumprimento do empréstimo contraído junto do Banco Popular Portugal, S.A. (Nota 14.), a Empresa constituiu hipotecas das frações autónomas "B", "C", "D", "E" e "F" do edifício sede da Empresa.

9. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo de aquisição e, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, registaram os seguintes movimentos:

Investimentos Financeiros	2015	2014
EPA - European Pressphoto Agency	105.000	140.000
IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais	10.000	10.000
Outros Investimentos - Banco Popular de Portugal (i)	400.000	-
Total	515.000	150.000

(i) O Valor de 400 mil euros diz respeito a um depósito a prazo constituído no BPP, S.A. para garantia de um empréstimo de mútuo contraído à mesma entidade em agosto de 2012.

A EPA – European Pressphoto Agency é uma entidade europeia criada para a prestação de serviços de fotografia e imagem. A participação da Lusa refere-se a sete ações, no valor nominal de 15.000 euros cada, que representa 1,37% do respetivo capital social e encontra-se contabilizada ao custo de aquisição. De realçar que durante o ano transato houve uma redução do valor unitário da ação, conforme minutas da Assembleia Geral da EPA realizada a 31 de julho de 2014. Em 2014, o valor nominal de cada ação era de 20.000 euros, representando 1,89% do respetivo capital social.

O IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais é uma entidade que tem por objeto a produção, transmissão e transferência de conhecimento científico e técnico que proporcione valor económico, social e cultural à sociedade, de modo a contribuir para a promoção de uma elevada qualidade na conceção, avaliação, regulação, supervisão e concretização das políticas públicas e de intervenção social, tendo em vista o bem-estar das populações bem como na gestão e desenvolvimento das instituições públicas e das organizações não-governamentais. A Lusa detém uma unidade de participação do capital da entidade, no montante de 10.000 euros (dez mil euros).

10. Inventários

De acordo com o referido na Nota 3.1.5., no exercício de 2013, a empresa alterou a política contabilística relativa à classificação das existências, que passaram a ser reconhecidas como custo do exercício em que ocorre a sua aquisição.

11. Clientes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2015			2014		
	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável
Clientes c/c	911.624	-	911.624	1.324.367	-	1.324.367
Clientes - cobrança duvidosa	1.673.785	(1.650.053)	23.733	1.443.879	(1.386.479)	57.400
	2.585.410	(1.650.053)	935.357	2.768.246	(1.386.479)	1.381.767

O montante das perdas por imparidade acumuladas está detalhado na Nota 18.1.

12. Outros ativos não correntes e correntes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2015	2014
<u>Outros ativos não correntes:</u>		
Ativos por impostos diferidos	-	19.956
<u>Outros ativos correntes:</u>		
Adiantamentos a fornecedores	-	-
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (a)	52.952	114.579
IVA	2.613	2.938
Outras contribuições	-	-
Fornecedores c/c	976	5.085
Fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	-	-
Pessoal	22.875	31.084
Outros devedores de cobrança duvidosa	-	-
Outros	505	8.296
Outros devedores diversos	178.234	173.983
Gastos a reconhecer	286.314	339.811
	544.470	695.732

(a) O montante de IRC tem a seguinte composição:

Pagamentos especiais por conta	52.952	99.722
Pagamentos por conta	-	-
Retenções na fonte	-	14.857
Imposto a recuperar	-	-
	52.952	114.579

13. Capital próprio

Composição do Capital: Em 31 de dezembro de 2015 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 2.130.000 ações com o valor nominal de 2,5 euros, cada.

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital: As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2015:

NOME	%	MONTANTE
DIREÇÃO GERAL DO TESOUREIRO E FINANÇAS	50,14	2.670.000
GLOBAL MEDIA GROUP	23,36	1.243.550
IMPRESA - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.	22,35	1.190.160

Reserva legal: a legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso da liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis: No decurso do exercício de 2013, a Empresa efetuou uma reavaliação livre aos imóveis da Lusa, registadas nas rubricas "Terrenos e recursos naturais" e "Edifícios e outras construções", com base em avaliações do seu valor de mercado, de que resultou um saldo em 31 de dezembro de 2013 de excedente de revalorização de 1.542.857 euros. Em 31 de dezembro de 2015 esse valor é de 254.928 euros, evidenciando uma diminuição significativa, face a 2013 e 2014, como resultado da realização do excedente de revalorização relativo ao imóvel em Macau, que foi alienado neste exercício.

As variações materialmente relevantes registadas no Capital Próprio em 2015, por via da reexpressão efetuada no exercício de 2014, encontram-se detalhadas nas Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, no capítulo IV – Demonstrações Financeiras.

Aplicações de resultados:

Na reunião de Assembleia Geral realizada a 27 de março de 2015 foi deliberado que o resultado líquido negativo de 802.415 euros referente ao exercício económico findo em 31 de Dezembro 2014 fosse integralmente transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

Na reunião de Assembleia Geral realizada a 28 de março de 2014 foi deliberado que o resultado líquido negativo de 1.017.804 euros referente ao exercício económico findo em 31 de Dezembro 2013 fosse integralmente transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

Em 2014 foi efetuada uma reexpressão nos Resultados Transitados, conforme Nota 2.3.

14. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo das dívidas a instituições de crédito tem a seguinte composição:

	Valor de balanço			
	2015		2014	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Banco Popular, S.A. (a)	200.000	133.333	200.000	333.333
	200.000	133.333	200.000	333.333

- (a) Empréstimo contraído pela Empresa junto do Banco Popular Portugal, S.A.. Em 31 de dezembro de 2015 este empréstimo vencia juros postecipados mensais a uma taxa correspondente à Euribor a doze meses acrescida de uma margem de 0,5%, com reembolso em 20 prestações mensais iguais, vencendo-se a primeira em janeiro de 2016 e a última em agosto de 2017. Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, a Empresa constituiu um depósito a prazo cujo montante vai sendo ajustado em função do capital em dívida.

Para além do empréstimo anteriormente descrito, a Empresa contratou com o Banco BPI, S.A. e com o Banco Popular Portugal, S.A., contas correntes caucionadas que vencem juros calculados a taxas normais de mercado, para operações similares, com os montantes de até 3.500.000 euros e de até 500.000 euros, renováveis por períodos de três meses e seis meses, respetivamente. É convicção do Conselho de Administração que estas linhas de crédito continuarão a ser renovadas no futuro.

Para garantia do pagamento do capital, respetivos juros e demais encargos resultantes do contrato de crédito com o Banco Popular Portugal, S.A., foi constituída uma hipoteca sobre as frações autónomas "B", "C", "D", "E" e "F", do edifício sede da Empresa, no valor de 1.500.000 euros.

O valor dos gastos associados aos empréstimos reconhecidos na demonstração dos resultados está descrito na Nota 25.

15. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2015	2014
Fornecedores	321.594	338.634
Fornecedores de investimentos	23.957	41.353
	345.551	379.987

16. Locações financeiras e Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2015 a Empresa mantém contas a pagar relativas a contratos de locação financeira de 69.988 euros, que se vencem como se segue:

	Capital	Juros	Total
2016	55.012	1.477	56.488
2017	14.976	209	15.185
	69.988	1.686	71.673

Em 31 de dezembro de 2015 os contratos de locações financeiras, respeitantes sobretudo a equipamento informático e multimédia, têm o seguinte detalhe:

Contrato N.º	Prestador de Serviço	Valor Contrato	Dívida a 31-12-2015	Data Início	Data Fim	Dívida a 31-12-2014
BPP 540-0713984	BANCO POPULAR	9.125	1	31-01-2013	31-01-2016	3.233
BPP 540-0713993	BANCO POPULAR	10.250	1	31-01-2013	31-01-2016	3.631
BPP 540-0713994	BANCO POPULAR	9.125	1	31-01-2013	31-01-2016	3.233
BPP 540-0713995	BANCO POPULAR	14.500	1	31-01-2013	31-01-2016	5.137
BPP 540-0713997	BANCO POPULAR	10.250	1	31-01-2013	31-01-2016	3.631
BPP 540-0713998	BANCO POPULAR	10.044	1	31-01-2013	31-01-2016	3.558
BPP 540-0713999	BANCO POPULAR	9.425	1	31-01-2013	31-01-2016	3.339
BPP 540-0714000	BANCO POPULAR	9.606	1	31-01-2013	31-01-2016	3.403
BPP 540-0714001	BANCO POPULAR	9.425	1	31-01-2013	31-01-2016	3.339
BPP 540-0714002	BANCO POPULAR	9.963	1	31-01-2013	31-01-2016	3.530
BPP 540-0725746	BANCO POPULAR	36.759	9.675	18-10-2013	18-10-2016	22.074
BPP 540-0742362	BANCO POPULAR	16.449	5.492	31-12-2013	31-12-2016	10.888
BPP 540-0743453	BANCO POPULAR	7.000	2.341	31-12-2013	31-12-2016	4.635
BPP 540-0743461	BANCO POPULAR	7.500	2.509	31-12-2013	31-12-2016	4.967
BPP 540-0743462	BANCO POPULAR	7.500	2.509	31-12-2013	31-12-2016	4.967
BPP 540-0743463	BANCO POPULAR	7.500	2.509	31-12-2013	31-12-2016	4.967
BPP 540-0743464	BANCO POPULAR	7.500	2.509	31-12-2013	31-12-2016	4.967
BPP 540-0743465	BANCO POPULAR	8.000	2.676	31-12-2013	31-12-2016	5.298
BPP 540-0743466	BANCO POPULAR	7.500	2.509	31-12-2013	31-12-2016	4.967
BPP 540-0743467	BANCO POPULAR	7.500	2.509	31-12-2013	31-12-2016	4.967
BPP 540-0743470	BANCO POPULAR	7.500	2.509	31-12-2013	31-12-2016	4.967
BPP 540-0743472	BANCO POPULAR	7.500	2.509	31-12-2013	31-12-2016	4.967
BPP 540-0759941	BANCO POPULAR	50.239	29.725	10-12-2014	10-12-2017	44.042
TOTAL		280.160	69.988	-	-	162.703

Em 31 de dezembro de 2015 os contratos de locações operacionais, respeitantes a viaturas ao serviço da empresa, têm o seguinte detalhe:

Contrato N.º	Prestador de Serviço	Valor Contrato	Divida a 31-12-2015	Data Início	Data Fim	Divida a 31-12-2014
35363	SGALD AUTOMOTIVE	17.942	-	17-08-2011	16-02-2015	584
35364	SGALD AUTOMOTIVE	18.089	-	17-08-2011	16-05-2015	1.790
2101257900	ARVAL SERVICE LEASE, S.A.	16.030	-	30-09-2011	30-05-2015	1.129
2101257800	ARVAL SERVICE LEASE, S.A.	16.177	-	01-10-2011	29-03-2015	1.129
037874	SGALD AUTOMOTIVE	22.338	-	29-11-2011	27-04-2015	1.026
037876	SGALD AUTOMOTIVE	23.181	-	29-11-2011	27-04-2015	1.124
37875	SGALD AUTOMOTIVE	22.024	-	15-12-2011	14-05-2015	1.236
201200139502	MULTIRENT	22.404	-	30-04-2012	29-04-2015	2.508
201200139501	MULTIRENT	20.454	-	30-04-2012	29-04-2015	2.508
4131/4244063/001	LEASEPLAN	21.752	161	09-01-2013	08-01-2016	7.397
040785	SGALD AUTOMOTIVE	19.975	1.699	02-04-2013	01-04-2016	8.298
041521	SGALD AUTOMOTIVE	17.623	2.485	30-05-2013	29-05-2016	8.253
55032	LOCARENT	31.791	9.258	11-11-2013	10-11-2016	19.800
4131/4745166/002	LEASEPLAN	18.689	5.443	13-11-2013	12-11-2016	11.663
080LLD00186	PARCOURS PORTUGAL, S.A.	14.319	4.600	23-12-2013	22-12-2016	9.600
080LLD00546	PARCOURS PORTUGAL, S.A.	12.190	7.792	11-12-2014	10-11-2017	12.017
2014357068	ARVAL SERVICE LEASE, S.A.	26.683	21.627	19-03-2015	18-03-2019	-
2014357067	ARVAL SERVICE LEASE, S.A.	24.463	19.876	30-03-2015	29-03-2019	-
2014357066	ARVAL SERVICE LEASE, S.A.	26.044	21.658	13-04-2015	12-04-2019	-
63061	LOCARENT	13.886	10.800	04-05-2015	03-05-2018	-
63060	LOCARENT	13.886	10.800	04-05-2015	03-05-2018	-
080LLD00635	PARCOURS PORTUGAL, S.A.	13.821	11.095	13-05-2015	12-05-2018	-
080LLD00634	PARCOURS PORTUGAL, S.A.	13.821	11.095	13-05-2015	12-05-2018	-
080LLD00637	PARCOURS PORTUGAL, S.A.	13.338	10.708	19-05-2015	18-05-2018	-
080LLD00636	PARCOURS PORTUGAL, S.A.	13.219	10.612	21-05-2015	20-05-2018	-
TOTAL		474.137	159.710	-	-	90.061

17. Outros passivos não correntes e correntes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2015	2014
<u>Outros passivos não correntes:</u>		
Passivos por impostos diferidos	69.697	452.623
<u>Outros passivos correntes:</u>		
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (a)	62.874	109.132
Retenção de impostos sobre rendimentos - IRS	164.851	160.715
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	458.305	460.609
Contribuições para a segurança social	194.436	191.862
Tributos das autarquias locais	616	1.848
Outras tributações	122	40
Acionistas/sócios	-	-
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar ⁴	1.435.642	1.336.300
Outros acréscimos de gastos	314.124	107.565
Pessoal	1.404	1.564
Outros credores diversos	300.538	131.394
Rendimentos a reconhecer	67.881	36.887
	3.000.795	2.537.916

(a) O montante de IRC a pagar tem a seguinte composição:

Estimativa de imposto do ano (Nota 6.)	163.627	115.251
Pagamentos especiais por conta	(76.758)	-
Retenções na fonte	(23.995)	(6.119)
	<u>62.874</u>	<u>109.132</u>

⁴ O valor diz respeito a provisões para Férias e Subsídios de férias e respetivos encargos sociais a pagar durante 2016, tendo em consideração a reversão salarial prevista na Lei.

18. Perdas de imparidade, processos judiciais e fiscais em curso e provisões

18.1. Perdas de imparidade de clientes e outros devedores e de investimentos financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de perdas de imparidade acumuladas, relativas a clientes e outros devedores:

2015	Perdas de imparidade em dívidas a receber (Nota 3.1.7.)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(1.466.834)
Reforços (a)	(334.587)
Anulação/regularização (b)	57.692
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(1.743.728)

2014	Perdas de imparidade em dívidas a receber (Nota 3.1.7.)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(1.406.055)
Reforços	(65.216)
Anulação/regularização	4.438
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(1.466.834)

(a) Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Dívidas de clientes	(321.266)
Outros devedores	(13.321)
	(334.587)

(b) Este valor apresenta o seguinte detalhe:

- Anulação de créditos considerados incobráveis, no montante de 36.965 euros; e
- Reversões de imparidades, no montante 20.727 euros.

2015	Perdas de imparidade em investimentos financeiros (Nota 9.)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-
Constituição (a)	(35.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(35.000)

(a) EPA

18.2. Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2015 encontram-se a decorrer as seguintes ações, cujos termos se encontram descritos em "Pendências Judiciais" a páginas 32 deste relatório:

- Ação interposta por terceiros contra a Empresa, no valor de 30.001 euros;
- Ação interposta pela Empresa contra o Estado a reclamar a titularidade de créditos, vencidos e não pagos, no montante global de 3.906.400 euros; e
- Impugnação judicial do IVA 2001 e 2002, no montante global de 2.754.078 euros (imposto e juros).

Na mesma data, encontram-se a decorrer diversos processos gerais de cobrança em contencioso de devedores da Lusa, dos quais se destacam os seguintes (superiores a 15 mil euros):

Cliente	Tipo Processo	Valor
Gráfica Açoreana	Ação executiva	93.999
Megafin	Ação executiva	90.522
Jornal i	Ação executiva	65.378
Jornal Sol	Ação executiva	62.885
S.T.&S.F.	Ação executiva	40.300
Diário dos Açores	Injunção	29.790
Descobrirpress	PER	16.375
TOTAL		399.249

Nota: Os valores mencionados incluem juros.

18.3. Provisões

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as provisões para riscos e encargos respeitam a processos judiciais em curso e têm o seguinte detalhe:

31 de dezembro de 2015				
Provisões para outros riscos e encargos	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Processos judiciais em curso	3.816.088	-	-	3.816.088
Impostos (i)	1.562.370	24.768	(879.101)	708.038
Total	5.378.458	24.768	(879.101)	4.524.126

(i) A redução corresponde aos valores de capital e juros relativos a IRC de 2011 e 2012, tendo sido pago em 2015 o valor de 819.035 euros de capital e transferidos para acréscimos de gastos o valor de juros de 60.066 euros, regularizado no início de 2016.

31 de dezembro de 2014				
Provisões para outros riscos e encargos	Saldo inicial	Reexpressão	Reduções	Saldo Final (reexpresso)
Processos judiciais em curso	2.858.641	972.447	(15.000)	3.816.088
Impostos	-	1.562.370	-	1.562.370
Total	2.858.641	2.534.826	(15.000)	5.378.458

Os valores registados na rubrica "Processos judiciais em curso" destinam-se a cobrir as perdas estimadas com o processo judicial do IVA de 2001 e 2002 (cfr. Nota 18.2.).

Esta provisão foi determinada com base no julgamento que o Conselho de Administração fez do respetivo processo, nas informações dos advogados da Empresa, quanto ao seu desfecho, e na informação obtida no *site* da Administração Tributária e Aduaneira.

Os valores registados na rubrica "Impostos", destinam-se a cobrir as perdas relativas ao montante a pagar de IRC, e respetivos juros, decorrentes do facto da Autoridade Tributária não ter aceite como custo fiscal o desreconhecimento do Arquivo de Imagem em 2011 (cfr. 6.).

19. Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Entidades	2015	2014
Direção-Geral dos Impostos (a)	3.710.950	3.710.950
Clientes	17.945	17.945
	3.728.895	3.728.895

(a) Esta garantia respeita ao processo de liquidação adicional de IVA relativo aos exercícios de 2001 e 2002 (Nota 6. e Notas 18.2. e 18.3.).

Adicionalmente, os empréstimos bancários (Nota 3.1.6.3. e Nota 14.) são garantidos por livranças em branco subscritas pela Empresa e por hipotecas.

20. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros eram os seguintes:

Ativos financeiros	2015	2014
Contas a receber de terceiros	1.193.512	1.717.732
Caixa e seus equivalentes (Nota 3.1.6.2. e Nota 4.)	2.499.148	1.455.475
	3.692.660	3.173.207

Passivos financeiros	2015	2014
Empréstimos (Nota 14.)	(333.333)	(533.333)
Locações financeiras (Nota 16.)	(69.988)	(162.703)
Contas a pagar a terceiros	(3.278.465)	(2.881.016)
	(3.681.786)	(3.577.052)

O valor de "contas a receber de terceiros" inclui os saldos devedores das rubricas de clientes, Estado e outros entes públicos e outras contas a receber. O valor de "contas a pagar a terceiros" inclui os saldos credores das rubricas de fornecedores, Estado e outros entes públicos e outras contas a pagar.

21. Prestações de serviços

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as prestações de serviços foram como segue:

	2015	2014
Mercado nacional	14.125.336	13.995.721
Mercado externo	706.481	598.503
	14.831.817	14.594.224

22. Outros rendimentos e gastos operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os outros rendimentos e ganhos operacionais foram como segue:

	2015	2014
Subsídios à exploração	10.499	-
Reversões de ajustamentos (Nota 18.1.)	20.726	4.438
Reversões de provisões (Nota 18.3.)	-	15.000
Ganhos por aumentos de justo valor	0	1
Rendimentos suplementares	16.045	14.906
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	376.637	13.819
Outros rendimentos e ganhos operacionais	96.438	122.235
	520.345	170.399

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os outros gastos e perdas operacionais foram como segue:

	2015	2014
Perdas por imparidade (Nota 18.1.)	334.587	65.216
Perdas por imparidade em Empresas Subsidiárias (Nota 18.1.)	35.000	-
Provisões (Nota 18.3.)	24.768	-
Impostos	43.545	46.436
Dívidas incobráveis	15.925	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	701	370
Perdas em inventários	-	-
Outros gastos e perdas operacionais	205.575	117.014
Gastos de depreciação e de amortização	383.002	441.928
	1.043.103	670.964

23. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os fornecimentos e serviços externos foram como segue:

	2015	2014
Trabalhos especializados	557.645	522.487
Publicidade e propaganda	7.555	14.208
Vigilância e segurança	76.363	82.926
Honorários	52.312	53.242
Conservação e Reparação	291.155	294.582
Serviço de agências noticiosas	255.860	274.051
Energia e fluidos	168.352	181.484
Deslocações, estadas e transportes	324.774	389.173
Rendas e alugueres	480.083	397.036
Comunicação	343.300	437.102
Seguros	50.134	54.726
Limpeza, higiene e conforto	89.105	83.627
Correspondentes e colaboradores	1.003.260	925.135
Outros	152.765	157.901
	3.852.659	3.867.680

24. Gastos com o pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os gastos com o pessoal foram como segue:

	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais	122.428	126.709
Remunerações do pessoal	8.252.383	8.192.122
Encargos sobre remunerações	1.720.417	1.713.303
Indemnizações	-	2.431
Outros custos com o pessoal	249.650	275.939
	10.344.878	10.310.504

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o número médio de pessoal ao serviço foi de 219 e 221, respetivamente.

Estão incluídos em gastos com o pessoal os montantes pagos a título de pré-reformas, durante os anos de 2015 e 2014 (vide nota 29.).

25. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 têm a seguinte composição:

	2015	2014
Juros e gastos similares suportados	(16.938)	(48.584)
Com empréstimos bancários	(12.042)	(40.293)
Com <i>leasing</i>	(4.893)	(8.290)
Com outros financiamentos	(4)	-
Juros e rendimentos similares obtidos	2.841	11.863
De depósitos	2.518	11.264
Outros	323	599
Resultados financeiros	(14.097)	(36.721)

26. Resultado por ação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o resultado por ação foi como segue:

	2015	2014
Número de ações	2.130.000	2.130.000
Resultado líquido	(6.517)	(802.415)
Resultado por ação	(0,00)	(0,38)

27. Partes relacionadas

Os saldos pendentes com as entidades relacionadas e as transações efetuadas em 2015 e 2014, com essas mesmas entidades, estão evidenciados nos quadros seguintes (IVA incluído):

Saldos com partes relacionadas

ENTIDADE	NATUREZA	Clientes		Outras contas a Receber		Fornecedores	
		31 dez 2014	31 dez 2015	31 dez 2014	31 dez 2015	31 dez 2014	31 dez 2015
Estado Português	Acionista	-	-	-	-	-	-
Global Media Group	Acionista	313.017	141.537	-	-	276	-
Global Notícias, Publicações		223.257	103.513	-	-	276	-
Global Notícias-Ag. Informação Imagem		3.683	-	-	-	-	-
Rádio Notícias (TSF)		66.982	25.222	-	-	-	-
Jornal do Fundão		2.047	-	-	-	-	-
Diário de Notícias do Funchal		6.434	6.434	-	-	-	-
Açormédia		10.615	6.369	-	-	-	-
Impresa-Sociedade Gestora De Participações Sociais, S.A.	Acionista	190.961	106.025	-	-	-	-
Impresa Publishing, SA		35.621	16.634	-	-	-	-
SIC - Soc. Ind. De Comunicação, SA		134.969	80.109	-	-	-	-
Medipress-Soc. Journalist. E Editor., Lda		20.371	9.282	-	-	-	-
NP-Notícias de Portugal, CRL	Acionista	-	-	7.065	5.361	-	-
Público-Comunicação Social, SA	Acionista	18.448	24.540	-	-	-	-
Rádio e Televisão de Portugal, SA	Acionista	121.460	87.043	-	-	350	-
O Primeiro de Janeiro, SA (i)	Acionista	81.833	-	-	-	-	-
Empresa do Diário do Minho, LDA	Acionista	3.117	3.117	-	-	-	-
EPA	Out.Partes Relacionadas	-	-	-	-	8.764	72.247
TOTAL		728.835	362.262	7.065	5.361	9.389	72.247

(i) Anulação por crédito incobrável

Transações com partes relacionadas

ENTIDADE	NATUREZA	Clientes		Outras contas a Receber		Fornecedores	
		2015	2014	2015	2014	2015	2014
Estado Português	Acionista	13.160.882	13.200.483	-	-	-	-
Global Media Group	Acionista	581.672	538.768	-	-	240	-
Global Notícias, Publicações		415.478	358.058	-	-	-	-
Global Notícias-Ag. Informação Imagem		-	4.144	-	-	-	-
Rádio Notícias (TSF)		100.887	106.976	-	-	-	-
Jornal do Fundão		1.228	5.103	-	-	-	-
Diário de Notícias do Funchal		38.603	38.276	-	-	-	-
Açormédia		25.475	26.211	-	-	240	-
Impresa-Sociedade Gestora De Participações Sociais, S.A.	Acionista	468.216	478.778	-	-	-	-
Impresa Publishing, SA		101.968	106.540	-	-	-	-
SIC - Soc. Ind. De Comunicação, SA		319.072	326.876	-	-	-	-
Medipress-Soc. Journalist. E Editor., Lda		47.177	45.362	-	-	-	-
NP-Notícias de Portugal, CRL	Acionista	-	-	2.796	2.468	-	-
Público-Comunicação Social, SA	Acionista	98.469	113.705	-	-	-	-
Rádio e Televisão de Portugal, SA	Acionista	504.066	443.276	-	-	-	350
O Primeiro de Janeiro, SA	Acionista	-	-	-	-	-	-
Empresa do Diário do Minho, LDA	Acionista	18.699	18.699	-	-	-	-
EPA	Out.Partes Relacionadas	-	20.740	-	-	108.433	110.306
TOTAL		14.832.003	14.814.449	2.796	2.468	108.673	110.656

Em 2015, a remuneração do pessoal-chave da gestão é como se apresenta:

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2015 (€)					
	Fixa (*)	Variável	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
Maria Teresa Prata Macias Marques	80.852,55	0,00	80.852,55	11.723,60	1.536,13	70.665,08
João Manuel Pintado Silveira Lobo	4.900,00	0,00	4.900,00	245,00	0,00	4.655,00
Luis Paulo Mah Silva	4.200,00	0,00	4.200,00	210,00	0,00	3.990,00
José Carlos Barbosa Lourenço	4.200,00	0,00	4.200,00	210,00	0,00	3.990,00
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	4.200,00	0,00	4.200,00	210,00	0,00	3.990,00
Rogério Manuel Caniceiro Pereira Gomes (cessou funções a 19-01-2015)	4.708,88	0,00	4.708,88	683,28	89,52	4.115,12
			103.061,43	13.281,88	1.625,65	91.405,20

(*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade			Identificar	Encargo anual da entidade
Maria Teresa Prata Macias Marques	4,27	960,75	Seg. Social	16.782,96	0,00	280,76	Seguro acid. trab. e doenças prof.	332,83
João Manuel Pintado Silveira Lobo	0,00	0,00	Seg. Social	1.105,56	0,00	0,00	-	0,00
Luis Paulo Mah Silva	0,00	0,00	Seg. Social	947,63	0,00	0,00	-	0,00
José Carlos Barbosa Lourenço	0,00	0,00	Seg. Social	947,63	0,00	0,00	-	0,00
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	0,00	0,00	Seg. Social	947,63	0,00	0,00	-	0,00
Rogério Manuel Caniceiro Pereira Gomes (cessou funções a 19-01-2015)	0,00	0,00	Seg. Social	977,34	0,00	15,64	Seguro acid. trab. e doenças prof.	19,38
		960,75		21.708,75	0,00	296,40		352,21

Em 2014, a remuneração do pessoal-chave da gestão foi a seguinte:

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2014 (€)				
	Fixa (*)	Variável	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Amável Afonso Barata Camões (cessou funções a 31-10-2014)	86.099,13	0,00	86.099,13	10.303,10	75.796,03
Rogério Manuel Caniceiro Pereira Gomes (exerceu funções executivas entre 01-11-2014 e 31-12-2014)	18.338,81	0,00	18.338,81	2.326,62	16.012,19
Graça Maria Valente Nunes Montalvão Fernandes (renúncia ao cargo a 28-04-2014)	900,00	0,00	900,00	90,00	810,00
José Carlos Barbosa Lourenço (início a 02-05-2014)	2.700,00	0,00	2.700,00	135,00	2.565,00
Jorge Paulo Pereira Carreira (renúncia ao cargo a 25-03-2014)	900,00	0,00	900,00	45,00	855,00
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	3.600,00	0,00	3.600,00	180,00	3.420,00
			112.537,94	13.079,72	99.458,22

(*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade			Identificar	Encargo anual da entidade
Amável Afonso Barata Camões (cessou funções a 31-10-2014)	0,00	0,00	Seg. Social	18.001,56	0,00	423,80	Seguro acid. trab. e doenças prof.	382,21
Rogério Manuel Caniceiro Pereira Gomes (exerceu funções executivas entre 01-11-2014 e 31-12-2014)	0,00	0,00	Seg. Social	3.802,90	0,00	60,04	Seguro acid. trab. e doenças prof.	59,76
Graça Maria Valente Nunes Montalvão Fernandes (renúncia ao cargo a 28-04-2014)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00
José Carlos Barbosa Lourenço (início a 02-05-2014)	0,00	0,00	Seg. Social	609,19	0,00	0,00	-	0,00
Jorge Paulo Pereira Carreira (renúncia ao cargo a 25-03-2014)	0,00	0,00	Seg. Social	203,06	0,00	0,00	-	0,00
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	0,00	0,00	Seg. Social	812,25	0,00	0,00	-	0,00
		0,00		23.428,96	0,00	483,84		441,97

28. Gestão de Riscos Financeiros

A Empresa encontra-se exposta, essencialmente, aos seguintes riscos financeiros:

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade da empresa encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio (vide nota 3.1.12.), relacionado, essencialmente, com as transações efetuadas com as delegações que tem no estrangeiro, derivado do contrato de interesse público em vigor, com o recebimento em moeda estrangeira de alguns clientes, e com pagamento a alguns fornecedores internacionais, contratos de aquisição de direitos de transmissão de programas de televisão.

Foram utilizadas, em 31 de dezembro de 2015, as seguintes taxas de câmbio, no final do ano e médias, para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Moeda	Câmbio no final do ano	Câmbio médio
AOA	0,0066	0,0072
BRL	0,2319	0,2743
CFA	0,0015	0,0015
CNY	0,1416	0,1435
CVE	0,0091	0,0091
HKD	0,1185	0,1163
MOP	0,1151	0,1130
MZN	0,0210	0,0259
USD	0,9185	0,9019

b) Risco de taxa de juro

A exposição da empresa a este risco é muito reduzida.

Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com o empréstimo com o Banco Popular que em dezembro de 2015 (vide nota 14.), e que está indexado à Euribor a 12 meses com um *spread* de 0,5%, e nos contratos de locação financeira relacionados com equipamento audiovisual e informático.

c) Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com as contas a receber (Nota 11.). Para reduzir o risco de crédito, a Empresa tem políticas de concessão de crédito, com definição de limites de crédito por cliente e prazos de recebimento, que é de 30 dias como regra geral. O risco de crédito é monitorizado regularmente com o objetivo de:

- Limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;

- Acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- Analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular através de reuniões com a Direção Comercial e Direção Financeira, bem como com os assessores jurídicos sempre que necessário.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando o critério económico e maximizando o critério fiscal e de acordo com:

- A análise da antiguidade das contas a receber;
- O perfil de risco do cliente;
- O histórico de relacionamento comercial e financeiro com o cliente;
- Acordos de pagamento existentes;
- As condições financeiras dos clientes.

O movimento nas perdas de imparidade de contas a receber encontra-se divulgado na Nota 11.

O Conselho de Administração considera que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente refletidas nas demonstrações financeiras, dado que sistematicamente são revistas, e conseqüentemente não existe necessidade de reforçar as perdas por imparidade de contas a receber.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

A empresa através do contrato de prestação de serviços de interesse público recebe regularmente e tempestivamente do estado um montante relevante que permite satisfazer as necessidades de financiamento e minimizar a volatilidade nos recebimentos com origem nas receitas próprias que em 2015 se situaram em 28% do total de vendas.

Adicionalmente, e tendo em consideração a participação material (49.86%) de acionistas privados no capital da empresa a empresa tem *plafonds* de crédito na banca comercial, aprovados e não utilizados nos montantes de 500 000 euros e 3 500 000 euros no Banco Popular e Banco Português de Investimento, respetivamente, que permitem gerir possíveis estrangimentos de tesouraria.

29. Compromissos assumidos

No final de 2009, devido aos fortes constrangimentos económico-financeiros no mercado da comunicação social onde se insere, a LUSA viu-se forçada a implementar medidas de contenção de custos. Enquadrado no Programa de Requalificação de Efetivos a empresa implementou um plano de pré reformas que se baseou nas seguintes características:

1. Os trabalhadores, de uma forma voluntária, podiam ser elegíveis para este plano desde que tivessem entre 55 e 65 anos de idade, em 2010;
2. Dentro desta faixa etária era aceite o pedido de pré-reforma dos trabalhadores com mais idade e maior antiguidade;
3. Era assegurado o pagamento mensal do salário à data de saída, reduzido em 20%;
4. O salário seria pago até à idade de reforma definida legalmente;
5. Era assegurado o pagamento de seguro de saúde, de acordo com a apólice em vigor, até à data de reforma;
6. A empresa não pagaria subsídio de alimentação, nem seguro de acidentes de trabalho;
7. As taxas contributivas para a segurança social, por parte do empregador, são as constantes da Lei, ou seja, de 7% para carreiras contributivas superiores a 37 anos e 14,6% para carreiras contributivas inferiores a 37 anos;
8. Durante o período mencionado não haverá lugar a qualquer atualização salarial e/ou ajustamento por via do Acordo de Empresa;
9. A empresa não terá o direito de regresso dos trabalhadores à efetividade de prestação de serviços em qualquer condição;
10. Os trabalhadores podem desenvolver outra atividade profissional desde que não concorrencial com a atividade da empresa.

Baseado nestes pressupostos a responsabilidade da LUSA no início de 2010, para os 36 trabalhadores que aderiram ao plano, era de cerca de 10 milhões de euros. De referir que, desde do início do processo, em 2010, os valores têm sido registados, anualmente, em gastos operacionais.

A 31 de dezembro de 2015, a responsabilidade, com valores atualizados, para com os trabalhadores pré-reformados envolvidos no plano é de 2,97 milhões de euros, tendo por base os seguintes pressupostos, além dos acima mencionados:

- a) Existem 28 trabalhadores no plano;
- b) O plano contempla responsabilidades até outubro de 2021;
- c) A taxa de desconto utilizada para a atualização dos fluxos futuros foi de 0,5% de acordo com a prática de mercado e considerando a reduzida maturidade do plano;
- d) A idade de reforma considerada foi de 66 anos;
- e) Estes dois últimos factos não são controlados pela empresa, o que obrigará a uma reanálise anual deste estudo sempre que qualquer destas variáveis se alterar.

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Responsabilidade Total
Massa Salarial Mensal (€)	64.996	54.774	38.599	29.458	24.421	12.843	
Responsabilidades Anuais (€)	944.098	730.524	495.827	385.987	333.767	110.813	3.001.016
Responsabilidades Anuais Atualizadas (€)	937.061	725.079	489.683	379.308	326.359	107.814	2.965.304
Nº de trabalhadores	28	24	17	13	12	6	

De acordo com a NCRF28 §50 b) e as boas práticas de mercado, a entidade deve reconhecer um passivo e um gasto relativo a estes benefícios, que são considerados benefícios dados a empregados em troca da cessação do contrato de trabalho. Assim, e dado que não existe regresso à empresa após a formalização do contrato de pré reforma, a entidade prestadora nunca irá receber no futuro qualquer benefício económico de qualquer prestação de serviço.

O Conselho de Administração da Lusa tomou conhecimento desta inconformidade contabilística em 2016, através do relatório do "exame simplificado às contas" efetuado pela Deloitte. Tendo em conta o atrás exposto, o Conselho de Administração decidiu manter a consistência no tratamento contabilístico dado ao pagamento aos pré-reformados, desde 2010.

No entanto quis deixar expressa, de forma clara e inequívoca, esta contingência e ainda comprometer-se, no decurso de 2016, a proceder à análise de potenciais soluções e de as propor aos acionistas.

A sustentabilidade da Lusa encontra-se assegurada não só pela estratégia de prestação de serviço público ao Estado, como também pela estratégia de crescimento em novos clientes, e ainda pelo apoio dos acionistas privados e parceiros de negócio.

30. Eventos subsequentes

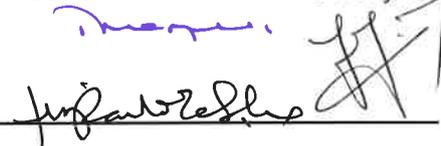
No entendimento do Conselho de Administração não ocorreram, entre a data de balanço e 9 de março de 2016, considerada como a data relevante para efeitos da autorização para divulgação das demonstrações financeiras, quaisquer eventos que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras, com exceção do já identificado relativamente à responsabilidade da Empresa face ao programa de pré-reformas, no montante de 2,97 milhões de euros, conforme detalhado na Nota 29. deste Anexo.

No decurso de 2016, a Empresa recebeu o Relatório de Inspeção Tributária que manteve as conclusões do Projeto de Relatório e foi notificada para pagar capital e juros relativos ao desreconhecimento do Arquivo Imagem, no montante de 706.850 euros. Uma vez que a AT não alterou a sua decisão, a Empresa está a analisar com os seus advogados a possibilidade de impugnação judicial.

A CONTABILISTA CERTIFICADA,



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,



VI. Cumprimento de orientações legais

1. Objetivos de gestão, previstos no artigo 38.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, de forma quantificada, e metas a atingir em conformidade com o plano de atividades e orçamento aprovado

O Conselho de Administração manteve o rumo prosseguido nos exercícios anteriores visando a recuperação económica e financeira da sociedade, alicerçada no rigor da gestão, na contenção de custos e no aumento de proveitos.

O Plano de Atividades definiu um conjunto de objetivos principais para o exercício de 2015, traçou ações a médio e curto prazo e precisou os objetivos setoriais para as diferentes áreas de estrutura da Agência, a saber:

- O cumprimento do contrato de serviço público;
- O alargamento da área de influência a novos mercados e a criação de novos produtos que se traduzam num incremento de vendas;
- A elaboração da proposta a apresentar ao Estado para um novo Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, para vigorar no triénio 2016-2018.

Conforme vertido ao longo deste documento, foi assegurado o cumprimento do Contrato com o Estado; O aumento de receitas próprias, em 7%, se comparado com o ano anterior, resultou da procura de novos clientes e da introdução de novos produtos que não só geraram mais receitas como conseguiram minorar a perda de clientes anteriores.

Foi elaborada uma proposta, e apresentada ao Estado, para um novo Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, para vigorar no triénio 2016-2018. Essa proposta não foi aprovada durante o ano de 2015 por decisão da então tutela setorial em reunião de 29 de Junho de 2015. Tendo em conta o período eleitoral e a tomada de posse do atual governo, não foi possível concretizar em tempo este objetivo.

Os objetivos de gestão, e respetivas metas quantificadas, encontram-se definidos no Contrato de Gestão estabelecido entre o Estado e a Presidente do Conselho de Administração, e foram corporizados, em 2015, no seguinte modelo de reporte à tutela:

INDICADORES	Peso (%)	2015	
		Objetivo Anual	Resultado Anual
ECONÓMICO-FINANCEIROS	60,00%		
Receitas Mercantis (crescimento 1% ano)	15,00%	3.916.000 €	4.131.913 €
PRC (GO ano / ano 2011)	10,00%	85%	90%
EBITDA s/ Ind. Compensatória (aumento 5% ano)	10,00%	-10.557.000 €	-10.205.380 €
GO (CMVMC+FSE+GP) por Notícia Produzida (€)	10,00%	82,31 €	63,72 €
Receita Mercantil / N° efetivos sem OS (i)	10,00%	14.721,89 €	17.887,07 €
PMP (dias) (ii)	5,00%	50	49
ATIVIDADE	40,00%		
N° Médio por Dia de Notícias por formato	25,00%	480	610
*Texto	10,00%	300	440
*Foto	7,50%	150	125
*Áudio	5,00%	20	27
*Video	2,50%	10	15
*Story	0,00%	0	4
N° de Acessos por dia (Homepage Lusa)	5,00%	5.000	51.227
N° Médio Anual por Notícias produzidas por Jornalista (i)	5,00%	968	1.280
N° de Horas de Interrupção de Notícias /Ano	5,00%	48	0

(i) Excluem-se trabalhadores em situação de pré-reforma

(ii) Média anual do PMP

O Conselho de Administração, dentro de todos os condicionalismos já referidos neste relatório (vide nota 6. do Anexo às demonstrações financeiras), considera que foram atingidos os principais objetivos de gestão, definidos pelo acionista maioritário e pelo Conselho de Administração, nos termos no artigo 38.º do DL n.º 133/2013 de 3 de outubro.

2. Da gestão do risco financeiro, e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2015, na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, apurados nos termos das orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos IPG-2015

2.1. Taxa média anual de financiamento nos últimos 3 anos

Anos	2015	2014	2013
Encargos Financeiros (€)	16.938	48.584	62.219
Taxa Média de Financiamento (%)	3,1%	6,0%	5,6%

2.2. Passivo Remunerado

Passivo Remunerado (€)	2015	2014	2013	Variação 2015-14	
				Valor	%
Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	403.321	696.036	1.019.750	-292.715	-42,1%
...dos quais concedidos pela DGTF	0	0	0	0	0,0%
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	0	0,0%
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0	0	0	0	0,0%
Endividamento Ajustado	-	-	-	-	-

3. Da evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

3.1. Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM n.º 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009

PMP	2015	2014	Variação 2015-14	
			Valor	%
Prazo (dias)	49	50	-1	-2,0%

Em 2015, registou-se uma diminuição de 2,0% (1 dia) no Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, relativamente a 2014, o que traduz o cumprimento do determinado no Contrato de Gestão.

Em Assembleia Geral, o representante do Acionista Estado recomendou ao Conselho de Administração que promova a redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores, de modo a cumprir o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008.

3.2. Mapa da posição a 31/12/2015 dos Pagamentos em Atraso (“arrears”), nos termos do DL n.º 65-A/2011, de 17 de maio

Dividas Vencidas	0-90 dias (€)	Valor das dividas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	196.191	9.063	36.318	0	0
Aq. de Capital	0	0	0	0	0
Total	196.191	9.063	36.318	0	0

De referir que, no apuramento dos pagamentos em atraso, os valores das dívidas vencidas a mais de 90 dias se referem a faturas da EPA (European Pressphoto Agency), emitidas antecipadamente, cujo vencimento só ocorre em 2016.

4. Das diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista, emitidas aquando da aprovação das contas de 2014

Em Assembleia Geral de 27 de março de 2015, o representante do Acionista Estado recomendou ao Conselho de Administração:

- Prosseguir a adoção de medidas tendentes a que a empresa mantenha o equilíbrio operacional e reduza a dependência da sociedade das receitas provenientes do contrato de serviço público; e
- Promover a redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores, de modo a cumprir o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008.

A Lusa, dentro dos condicionalismos já explicados neste relatório, seguiu as recomendações do acionista Estado.

5. Das remunerações

5.1. Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual (€)			
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
2012-2014	Presidente	Vitor Miguel Rodrigues Braz	275,22	550,44	27,52	0,00	522,92
2012-2014	Vice-Presidente	Denise Mendes Costa	219,87	439,74	21,98	0,00	417,76
2012-2014	Secretário	Rita Maria Góis de Carvalho	219,87	439,74	21,98	0,00	417,76
2015-2017	Presidente	Elsa Maria Rancon Santos	275,22	275,22	13,76	0,00	261,46
2015-2017	Vice-Presidente	António Manuel Simões da Silva	219,87	439,74	21,98	0,00	417,76
2015-2017	Secretário	Rita Maria Góis de Carvalho	219,87	439,74	21,98	0,00	417,76

5.2. Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma ⁽¹⁾	Data	[Identificação Entidade]	Pagadora (O/D)
2015-2017	Presidente	Maria Teresa Prata Macias Marques	AG	19-01-2015	n. a.	n. a.
2015-2017	Vice-Presidente (não executivo)	João Manuel Pintado Silveira Lobo	AG	19-01-2015	n. a.	n. a.
2015-2017	Vogal (não executivo)	Luis Paulo Mah Silva	AG	19-01-2015	n. a.	n. a.
2015-2017	Vogal (não executivo)	José Carlos Barbosa Lourenço	AG	19-01-2015	n. a.	n. a.
2015-2017	Vogal (não executivo)	Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	AG	19-01-2015	n. a.	n. a.
2012-2014 (Cessou funções a 19-01-2015)	Vice-Presidente (executivo)	Rogério Manuel Caniceiro Pereira Gomes	AG	27-03-2012	n. a.	n. a.

Legenda: ⁽¹⁾ - Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Nota: OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Maria Teresa Prata Macias Marques	n. a.	n. a.	n. a.
João Manuel Pintado Silveira Lobo	vide CV (ponto 5., B., cap. V. do Relatório de Governo Societário)		
Luis Paulo Mah Silva	vide CV (ponto 5., B., cap. V. do Relatório de Governo Societário)		
José Carlos Barbosa Lourenço	vide CV (ponto 5., B., cap. V. do Relatório de Governo Societário)		
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	vide CV (ponto 5., B., cap. V. do Relatório de Governo Societário)		

n.a. - não aplicável

Nome	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Valores mensais brutos (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
Maria Teresa Prata Macias Marques	S	C	4.578	1.831
João Manuel Pintado Silveira Lobo (i)	S	C	350	-
Luis Paulo Mah Silva (i)	S	C	300	-
José Carlos Barbosa Lourenço (i)	S	C	300	-
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira (i)	S	C	300	-

(i) Em 2015 receberam sob a forma de senhas de presença, apesar de em AG de 19 de janeiro de 2015 ter sido proposto o pagamento de um valor mensal, o mesmo não foi implementado uma vez que se considerou que se traduzia num incremento dos valores remuneratórios. O valor mencionado no quadro refere-se ao valor por unidade de senhas de presença.

Nome	Remuneração Anual (€)					
	Variável	Fixa*	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)+(2)+(3)
Maria Teresa Prata Macias Marques	0,00	80.852,55	80.852,55	11.723,60	1.536,13	70.665,08
João Manuel Pintado Silveira Lobo	0,00	4.900,00	4.900,00	245,00	0,00	4.655,00
Luis Paulo Mah Silva	0,00	4.200,00	4.200,00	210,00	0,00	3.990,00
José Carlos Barbosa Lourenço	0,00	4.200,00	4.200,00	210,00	0,00	3.990,00
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	0,00	4.200,00	4.200,00	210,00	0,00	3.990,00
Rogério Manuel Caniceiro Pereira Gomes (cessou funções a 19-01-2015)	0,00	4.708,88	4.708,88	683,28	89,52	4.115,12

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

* Incluir a remuneração + despesas de representação (sem reduções)

Nome	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor			Identificar	Valor
Maria Teresa Prata Macias Marques	4,27	960,75	Seg. Social	16.782,96	280,76	0,00	Seguro acid. trab. e doenças prof.	332,83
João Manuel Pintado Silveira Lobo	0,00	0,00	Seg. Social	1.105,56	0,00	0,00	-	0,00
Luis Paulo Mah Silva	0,00	0,00	Seg. Social	947,63	0,00	0,00	-	0,00
José Carlos Barbosa Lourenço	0,00	0,00	Seg. Social	947,63	0,00	0,00	-	0,00
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	0,00	0,00	Seg. Social	947,63	0,00	0,00	-	0,00
Rogério Manuel Caniceiro Pereira Gomes (cessou funções a 19-01-2015)	0,00	0,00	Seg. Social	977,34	15,64	0,00	Seguro acid. trab. e doenças prof.	19,38

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Maria Teresa Prata Macias Marques	80,00	418,17	
João Manuel Pintado Silveira Lobo	-	0,00	
Luis Paulo Mah Silva	-	0,00	
José Carlos Barbosa Lourenço	-	0,00	
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	-	0,00	
Rogério Manuel Caniceiro Pereira Gomes (cessou funções a 19-01-2015)	-	82,18	

Nome	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade ^{III}	Ano		Valor da Renda Mensal	Valor Anual	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
					Início	Termo			
(S/N)	(S/N)	(€)	(Identificar)			(€)	(€)		
Maria Teresa Prata Macias Marques	S	S	42.684,58 ^{III}	Renting	2013	2016	646,28	7.755,36	10
João Manuel Pintado Silveira Lobo	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Luis Paulo Mah Silva	N	N	-	-	-	-	-	-	-
José Carlos Barbosa Lourenço	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Rogério Manuel Caniceiro Pereira Gomes (cessou funções a 19-01-2015)	N	N	-	-	-	-	-	-	-

Legenda: ^{III} - aquisição: AD, Leasing ou outra; ^{III} Viatura adstrita ao Vice-Presidente (executivo) até 18-01-2015 e à Presidente a partir de 19-01-2015

Nome	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Maria Teresa Prata Macias Marques	400 litros	1.639,34	1.102,90	2.529,27	882,36	
João Manuel Pintado Silveira Lobo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
Luis Paulo Mah Silva	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
José Carlos Barbosa Lourenço	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
Rogério Manuel Caniceiro Pereira Gomes (cessou funções a 19-01-2015)	-	0,00	0,00	0,00	0,00	

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (€)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Maria Teresa Prata Macias Marques	1.601,71	946,72	0,00	Refeições, estacionamento, vistos, taxas, seguros de viagem	381,56	2.929,99
João Manuel Pintado Silveira Lobo	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Luis Paulo Mah Silva	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
José Carlos Barbosa Lourenço	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Rogério Manuel Caniceiro Pereira Gomes (cessou funções a 19-01-2015)	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00

5.3. Fiscalização

5.3.1. Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) [€]
			Forma ⁽¹⁾	Data	
2015-2017 (Renúncia ao cargo a 28-07-2015)	Presidente	Rui Filipe Gomes	AG	19-01-2015	1.056,29
2015-2017	Vogal	Ana Cristina Vicente Soares	AG	19-01-2015	845,13
2015-2017	Vogal e ROC efetivo	Susana Rodrigues de Jesus	AG	19-01-2015	1.312,50
2015-2017	Vogal e ROC suplente	António Magalhães & Carlos Santos	AG	19-01-2015	-
2012-2014 (Cessou funções a 19-01-2015)	Vogal	Pedro Braumann	AG	27-03-2012	845,13

Legenda: ⁽¹⁾ - indicar AG/DUE/Despacho

Nome	Remuneração Anual (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
Rui Filipe Gomes (Renúncia ao cargo a 28-07-2015)	10.216,08	1.021,60	204,33	9.398,81
Ana Cristina Vicente Soares	11.083,06	0,00	0,00	11.083,06
Susana Rodrigues de Jesus	15.750,00	1.575,00	315,00	14.490,00
António Magalhães & Carlos Santos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pedro Braumann (cessou funções a 19-01-2015)	623,99	62,40	12,48	574,07

5.3.2. Revisor Oficial de Contas

Nome	Remuneração Anual (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
Susana Rodrigues de Jesus	15.750,00	1.575,00	315,00	14.490,00
António Magalhães & Carlos Santos	0,00	0,00	0,00	0,00

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º de registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data	Contratada	
2015-2017	Vogal e ROC efetivo	Susana Rodrigues de Jesus	ROC n.º 1338	-	AG	19-01-2015	1.312,50	1
2015-2017	Vogal e ROC suplente	António Magalhães & Carlos Santos	SROC n.º 53	-	AG	19-01-2015	-	0

Nota: Deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: ⁽¹⁾ - indicar AG/DUE/Despacho (D)

5.3.3. Auditor Externo

Em 2015, a Lusa não contratou os serviços de auditoria externa.

A Administração decidiu proceder a um “exame simplificado às contas da Lusa”, o qual foi adjudicado à Deloitte.

No decurso do trabalho efetuado foram referidas várias situações que foram objeto de regularização contabilística e algumas oportunidades de melhoria de controlo interno em vários processos na empresa.

Foram, no entanto, identificadas duas situações de relevância, a saber:

- a) Constituição de provisão para responsabilidades com pré-reformados, num valor estimado de 2.965.304 euros (considerando uma taxa de desconto de 0,5%);
- b) Registo de juros de mora no montante de 972.447 euros sobre a liquidação adicional de IVA.

O identificado em b) foi registado nas demonstrações financeiras de 2015.

O identificado em a) não foi registado e encontra-se detalhado na nota 29 do Anexo às demonstrações financeiras, incluído neste relatório.

Por último, é de referir que relativamente ao Projeto de Relatório da Inspeção Tributária referente aos anos de 2011 e 2012, e dado que durante o exercício de 2015 a Lusa efetuou a correção de erros de exercícios anteriores relacionados com o apuramento de impostos, por contrapartida de resultados transitados, a empresa procedeu à reexpressão das demonstrações financeiras do exercício de 2014, apresentadas para efeitos comparativos.

As várias situações acima referidas, se registadas na sua totalidade, teriam implicado que se verificasse a perda de metade do capital, situação em que são aplicáveis as disposições do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

5.4. Restantes trabalhadores

A empresa aplicou as reduções remuneratórias aos trabalhadores e a sua reversão em conformidade com a legislação vigente em 2015, nomeadamente a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

6. Da suspensão do pagamento de complemento de pensões pelas empresas que tenham apresentado resultados líquidos negativos nos três últimos exercícios (2014, 2013 e 2012), nos termos do n.º 3 do artigo 78.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro

A Lusa não incorre em encargos com complementos de pensões.

7. Da aplicação do disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro

A Lusa seguiu a recomendação do acionista Estado dada na Assembleia Geral realizada em 28 de março de 2013, pelo que a utilização de cartão de crédito por parte do Presidente do Conselho de Administração cessou a partir dessa data.

8. Da aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que proíbe a realização de despesas não documentadas

Em 2015 a Empresa incorreu em despesas não documentadas, respeitantes a situações que ocorreram no decurso do exercício da atividade da empresa, todas elas justificadas, e cujo montante foi de 856 euros. Referem-se a despesas diversas, relacionadas com a realização da Assembleia Geral da ALP – Aliança das Agências de Informação de Língua Portuguesa e ocorridas nas delegações estrangeiras, relativamente às quais não foi possível obter comprovativo.

9. Da elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

A informação sobre remunerações pagas a mulheres e homens consta do Relatório Único que a Empresa disponibiliza anualmente ao Ministério da Economia, sendo entregue à Comissão de Trabalhadores e divulgada internamente.

O n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014 determina que “as empresas do sector empresarial do Estado promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações”.

Em 2016, a Empresa irá proceder à elaboração de um relatório que cumpra especificamente o disposto no n.º 2 da RCM n.º 18/2014.

10. Da Contratação Pública

A empresa formalizou a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas em 15 de setembro de 2011 e dispõe de um “Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços”, que se encontra publicitado em www.lusa.pt.

Identificaram-se falhas de procedimentos ao nível da aplicação do Código da Contratação Pública (CCP). Nesse sentido, e com o apoio do escritório de advogados que presta serviço à Lusa, foi iniciada uma análise sistemática a todos os contratos com fornecedores. O propósito, além de assegurar o cumprimento integral das regras do CCP, era o de antecipar a análise dos contratos de fornecimentos e serviços, com o objetivo de reduzir custos, assegurando simultaneamente a qualidade dos produtos e serviços recebidos. Este trabalho estará concluído até ao final de 2016.

A Lusa não celebrou contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

11. Da elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção conforme o disposto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro

Está em curso a elaboração do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que se espera ter por concluído no decurso de 2016.

Encontra-se a ser analisada uma política de risco que terá por base uma Matriz de Avaliação de Riscos (MAR) inerentes a toda a organização da Lusa. Esta matriz será efetuada através de uma quantificação dos riscos e respetiva expressão gráfica considerando o impacto nos resultados da empresa (baixo, médio, alto) e a respetiva probabilidade de ocorrência com os mesmos 3 níveis. Esta matriz será feita e revista anualmente e terá o contributo de todos os diretores da Lusa, sendo aprovada pelo Conselho de Administração.

12. Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A empresa aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas.

13. Medidas adotadas no âmbito da frota automóvel relativamente às orientações previstas no n.º 4 do artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, complementadas com os Despachos n.º 1182/13-SET, de 12 de junho (comunicado através de Ofício-Circular n.º 4238, de 1 de julho) e n.º 1668/13-SET, de 6 de setembro (comunicado através de Ofício-Circular n.º 7408, de 2 de dezembro)

A empresa assegurou a redução do número de veículos do seu parque automóvel e a diminuição dos gastos associados à frota automóvel.

14. Quantificar o impacto das medidas de redução de gastos operacionais previstas no n.º 1 do artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, justificando o eventual não cumprimento das orientações e objetivos definidos. Atente-se que, no caso das empresas com EBITDA positivo, a redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios é aferida face ao exercício anterior

A Lusa seguiu as orientações do Ministério das Finanças relativamente ao plano de redução de custos, prosseguiu uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais, procedendo a negociações com fornecedores para obter a redução do valor dos contratos, e observou as orientações do Orçamento do Estado para 2015.

PRC (milhares €)	Cumprimento Identificar [S/N]	2015	2014	2013	2012	2011	2010	Variação 2015/2014		Variação 2015/2010	
								Absoluta	%	Absoluta	%
(1) CMVMC		0	0	0	76	86	104	0	0,0%	-104	-100,0%
(2) FSE		3.853	3.868	3.902	4.271	4.561	4.790	-15	-0,4%	-938	-19,6%
(3) Gastos com o pessoal		10.345	10.311	11.030	11.638	11.185	12.422	34	0,3%	-2.077	-16,7%
(3.1) dos quais indemnizações		0	2	235	1.779	253	153	-2	-100,0%	-153	-100,0%
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)-(3.1)		14.198	14.176	14.696	14.205	15.578	17.163	22	0,2%	-2.965	-17,3%
(5) Volume de Negócios (VN)		14.832	14.594	14.311	19.485	19.387	19.213	238	1,6%	-4.381	-22,8%
Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)		95,7%	97,1%	102,7%	72,9%	80,4%	89,3%	9,2%	9,4%	67,7%	75,8%
Comunicações (FSE)	S	343	437	461	523	558	655	-94	-21,5%	-312	-47,6%
Deslocações/Estadas (FSE)	S	325	389	277	387	386	400	-64	-16,5%	-76	-18,9%
Ajudas de Custo (Gastos com o pessoal)	S	415	460	388	509	574	627	-45	-9,8%	-212	-33,9%
Número de Trabalhadores		262	264	264	267	291	n.a.	-2	-0,8%	n.a.	n.a.
N.º de Efetivos		222	222	218	222	241	n.a.	0	0,0%	n.a.	n.a.
N.º Cargos de Direção		4	3	4	5	5	n.a.	1	33,3%	n.a.	n.a.
N.º Trabalhadores/Cargos de Direção		66	88	66	53	58	n.a.	-23	-25,6%	n.a.	n.a.
Viaturas											
N.º de viaturas	S	24	29	30	n.a.	n.a.	n.a.	-5	-17,2%	n.a.	n.a.
Gastos com as viaturas	S	330	339	355	n.a.	n.a.	n.a.	-9	-6,1%	n.a.	n.a.

Em 2015, a Empresa apresentou lucros antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (EBITDA) positivos, na ordem de 495 mil euros. O resultado operacional ascendeu a 112 mil euros.

Face ao exercício de 2010, a redução verificada no total de Gastos Operacionais (custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal sem indemnizações) foi, no seu conjunto, de 17,3%, 2,3 p.p. acima da meta prevista.

Foi assegurada a redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, de 97,1% em 2014 para 95,7% em 2015.

Os gastos com comunicações, deslocações e estadas e ajudas de custo registaram, globalmente, um decréscimo na ordem de 203 mil euros (-15,8%) face a 2014.

A empresa procedeu à redução de gastos associados à frota automóvel, através da redução do número (5) de veículos do seu parque automóvel, de 29 para 24, comparativamente com 2014.

Em 31 de dezembro de 2015, o número de trabalhadores é de 262, menos 2 (-0,8%) que em 31 de dezembro de 2014. Entre 2011 e 2015, a Lusa reduziu em 29 elementos (-10,0%) incluindo um cargo dirigente (-20,0%), como resultado do Programa de Saídas Voluntárias instituído no último trimestre de 2012.

15. Do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme previsto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no artigo 125.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, em caso de ter sido autorizada a exceção, deverá ser indicado o Despacho autorizador, assim como a data da entrega em receita do Estado do montante de juros auferidos em incumprimento da UTE

Por Despacho n.º 844/15-SET, de 2 de junho, da Secretária de Estado do Tesouro foi concedida à Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., a exceção do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado. Assim, a Lusa não auferiu juros em incumprimento do Princípio acima mencionado.

16. Recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas, bem como as medidas tomadas na sua adoção e o respetivo resultado

A Empresa não foi objeto de auditorias do Tribunal de Contas.

17. Informação a constar no sítio da internet do Sector Empresarial do Estado (SEE)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	08-04-2015	
Caracterização da Empresa	S	08-04-2015	
Função de tutela e accionista	S	15-01-2016	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S		
Identificação dos Órgãos Sociais	S	08-04-2015	
Estatuto remuneratório fixado	S	08-04-2015	
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	08-04-2015	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	08-04-2015	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	08-04-2015	
Esforço Financeiro Público	S	22-02-2016	
Ficha Síntese	S	01-04-2015	
Informação Financeira histórica e actual	S	01-04-2015	
Princípios de Bom Governo	S		
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	08-04-2015	Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços em vigor desde 1 de janeiro de 2011.
Transações relevantes com entidades relacionadas	S	08-04-2015	
Outras transações	N.A.	08-04-2015	
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios	S	08-04-2015	
Económico	S	08-04-2015	
Social	S	08-04-2015	
Ambiental	S	08-04-2015	
Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	08-04-2015	
Código de Ética	S	08-04-2015	

Legenda: S - Sim; N - Não; N.A. - Não Aplicável

18. Quadro de cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão / Planos de Atividade e Orçamento					
Cumprimento do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público	X			100%	ver n.º 1.
Aumento nas Receitas Próprias	X			100%	As receitas fora do Contrato de Prestação de Serviço Público registaram um crescimento de 7,0%, ou 270 mil € (ver n.º 1.).
Gestão do Risco Financeiro					
Limites de Crescimento do Endividamento	X			Taxa média de financiamento em 2015: 3,1%.	ver n.º 2.1.
Evolução do PMP a fornecedores	X			Diminuição de 42,1% nas dívidas a instituições de crédito (bancos e locadores financeiros).	ver n.º 2.2.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			Redução de 2,0% do PMP a fornecedores, relativamente a 2014.	ver n.º 3.1.
Recomendações do acionista na última aprovação de contas					
Proseguir a adoção de medidas tendentes a que a empresa mantenha o equilíbrio operacional e reduza a dependência da sociedade das receitas provenientes do contrato de serviço público	X			Dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011: 45.381€	O valor das dívidas vencidas a mais de 90 dias (45.381€) é referente a faturas da EPA (European Pressphoto Agency), emitidas antecipadamente, cujo vencimento só ocorre em 2016 (ver n.º 3.2.).
Promover a redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores, de modo a cumprir o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008	X			O Resultado Operacional e o EBITDA foram positivos, de 112 mil € e 495 mil € respetivamente.	
Remunerações					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 82-8/2014	X			O peso das receitas próprias no total das prestações de serviços aumentou de 26,5% para 27,5% relativamente a 2014.	ver n.º 4.
Órgãos Sociais - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015	X			O PMP registou uma redução de 2,0% (1 dia) em 2015.	
Auditor Externo - redução e reversão remuneratória nos termos do art.º 75.º da Lei 82-8/2014	X	X		13.913 €	ver n.º 5.
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015	X			436.178 €	
EGP - Artigo 32.º					
Não utilização de cartões de crédito	X		X		ver n.º 7.
Não reembolso de despesas de representação pessoal					
Despesas não documentadas - n.º 2 do artigo 16.º do DL n.º 133/2013					
Proibição de realização de despesas não documentadas	X				Em 2015 a Empresa incorreu em despesas não documentadas, respeitantes a situações que ocorreram no decurso do exercício da atividade da empresa, todas elas justificadas, relativamente às quais não foi possível obter comprovativo, e cujo montante foi de 856 euros (ver n.º 8.).
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014					A informação sobre remunerações pagas a mulheres e homens consta do Relatório Único que a Empresa disponibiliza anualmente ao Ministério da Economia, sendo entregue à Comissão de Trabalhadores e divulgada internamente. Em 2016, a Empresa irá proceder à elaboração de um relatório que cumpre especificamente o disposto no n.º 2 da RCM n.º 18/2014 (ver n.º 9.).
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	X				
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa		X			Identificaram-se falhas de procedimentos ao nível da aplicação do Código da Contratação Pública (CCP). Nesse sentido, e com o apoio do escritório de advogados que presta serviço à Lusa -, foi iniciada uma análise sistemática a todos os contratos com fornecedores. O propósito, além de assegurar o cumprimento integral das regras do CCP, era o de antecipar a análise dos contratos de fornecimentos e serviços, com o objetivo de reduzir custos, assegurando simultaneamente a qualidade dos produtos e serviços recebidos. Este trabalho estará concluído até ao final de 2016 (ver n.º 10.).
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas			X		
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		
Prevenção da Corrupção - n.º 1 do artigo 46.º do DL n.º 133/2013					
Elaboração e divulgação do relatório anual		X			Está em curso a elaboração do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que se espera ter por concluído no decurso de 2016 (ver n.º 11.).
Auditorias do Tribunal de Contas			X		ver n.º 16.
Parque Automóvel					
N.º de Viaturas	X			O parque automóvel é composto por 24 viaturas, menos 5 que em 2014, das quais 16 estão em regime de aluguer operacional.	Alienações de viaturas em 2015 (ver n.º 13.).
Gastos com Viaturas	X			130.167€ (decréscimo de 6,1% relativamente a 2014).	
Gastos operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei nº 82-8/2014)	X			Face ao exercício de 2010, a redução verificada no total de Gastos Operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com pessoal sem indemnizações) foi, no seu conjunto, de 17,5%.	ver n.º 14.
Redução de Trabalhadores (artigo 60.º da Lei nº 82-8/2014)					
Nº de trabalhadores	X			Redução de 2 trabalhadores face a 2014 (-0,8%).	Entre 2011 e 2015, a Lusa reduziu o n.º de trabalhadores em 29 elementos (-10,0%) incluindo um cargo dirigente (-20,0%), como resultado do Programa de Saídas Voluntárias instituído no último trimestre de 2012 (ver n.º 14.).
Volume de Negócios/N.º de Trabalhadores	X			Aumento de 1.329€/trabalhador (+2,4%) face a 2014.	Aumento do volume de negócios e diminuição do n.º de trabalhadores face a 2014 (ver n.º 14.).
Nº de cargos dirigentes	X			Aumento de 1 cargo dirigente face a 2014 (+33,3%).	A admissão de um cargo dirigente em 2015, além de prevista no Plano de Atividades e Orçamento da empresa para esse exercício, foi devidamente autorizada pela tutela, no cumprimento do disposto na Lei nº 82-8/2014, de 31 de dezembro (ver n.º 14.).
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 123.º da Lei nº 83-C/2013)					
Disponibilidades e aplicações centralizadas no ICSP			X		Por Despacho n.º 844/15-SEI, de 2 de junho, da Secretária de Estado do Tesouro foi concedida à Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., a exceção do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (ver n.º 15.).
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em receita do Estado			X		A Lusa não auferiu juros em incumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (ver n.º 15.).

VII. Grelha de práticas de boa governação societária

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
I. Síntese			
1. Menção às alterações mais significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2015	✓	2	Estrutura orgânica; racionalização de custos e obtenção de receitas; receitas próprias; produção editorial e cumprimento do serviço público; antecipando 2016
II. Missão, Objetivos e Políticas			
1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa			
a) Indicação da missão e da forma como é prosseguida	✓	7	
b) Indicação da visão que orienta a empresa	✓	7	
c) Indicação dos valores que orientam a empresa	✓	8	
2. Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida, designadamente:			
a) Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros	✓	9	Vide também II.3
b) Grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar	✓	9	Vide também II.3
3. Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa	✓	10	
4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios sectoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela empresa	✓	16	
III. Estrutura de Capital			
1. Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e da percentagem de capital que cada categoria representa	✓	17	
2. Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	✓	18	
3. Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a eventuais restrições	✓	18	Vide também ANEXO 5
IV. Participações Sociais e obrigações detidas			
1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (empresa) que direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação	✓	19	
2. Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	✓	19	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
3. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	✓	19	
4. Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade	✓	20	
V. Órgãos Sociais e Comissões			
A. Mesa da Assembleia Geral			
1. Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano de referência, com identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e de fim), assim como a remuneração relativa ao ano em referência. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	21	
2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias	✓	22	n.a.
B. Administração e Supervisão			
1. Identificação do modelo de governo adotado	✓	22	
2. Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão	✓	23	
3. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	23	
4. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão	✓	24	
5. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos	✓	24	
6. Teor da Declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse	✓	26	Vide também ANEXO 3

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
7. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto	✓	26	
8. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegação de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade	✓	27	
9. Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo			
a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas	✓	28	
b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício	✓	29	
c) Órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos	✓	29	
d) Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e sínteses das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências	✓	29	
C. Fiscalização			
1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	29	
2. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, do CSC	✓	30	
3. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos	✓	30	
4. Funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, indicando designadamente, consoante aplicável:			

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro	✓	32	
b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício	✓	32	
c) Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo	✓	32	
d) Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras	✓	32	
D. Revisor Oficial de Contas			
1. Identificação, membros efetivo e suplente, da SROC, do ROC e respetivos números de inscrição na OROC e na CMVM, caso aplicável, e do sócio ROC, efetivo e suplente, que a representa e indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	32	
2. Limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta serviços à sociedade	✓	33	
3. Número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta sociedade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório	✓	33	
4. Outros serviços prestados pela SROC à sociedade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável	✓	33	
E. Auditor Externo			
1. Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da entidade e/ou do grupo, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência	✓	33	n.a. No entanto, em 2016, a administração decidiu proceder um "exame simplificado às contas de 2015", adjudicado à Deloitte
2. Explicação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita	✓	33	n.a. No entanto, em 2016, a administração decidiu proceder um "exame simplificado às contas de 2015", adjudicado à Deloitte
3. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação	✓	33	n.a. No entanto, em 2016, a administração decidiu proceder um "exame simplificado às contas de 2015", adjudicado à Deloitte

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
4. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos serviços constantes da tabela deste ponto	✓	33	n.a. No entanto, em 2016, a administração decidiu proceder um "exame simplificado às contas de 2015", adjudicado à Deloitte
VI. Organização Interna			
A. Estatutos e Comunicações			
1. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade	✓	35	
2. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade	✓	35	
3. Políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção da fraude organizacional	✓	35	
B. Controlo interno e gestão de riscos			
1. Existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos	✓	35	
2. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida	✓	36	
3. Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da sociedade, deve incluir a definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificar as principais medidas adotadas	✓	36	
4. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade	✓	37	Vide também organograma pág.28
5. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos	✓	37	
6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade	✓	37	
7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	✓	37	
8. Principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira	✓	38	
C. Regulamentos e Códigos			
1. Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade esta legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação do sítio da empresa onde estes se encontram disponíveis para consulta	✓	38	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
2. Referência à existência e aderência de códigos de conduta e de um Código de Ética, com a data da última atualização, em que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como a forma de divulgação junto dos seus colaboradores, clientes, fornecedores e a forma como é efetuada. Informação sobre as medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da entidade, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a entidade	✓	39	
3. Referência à existência de planos de ação para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências. Indicação do local no sítio da empresa onde se encontra publicitado o respetivo relatório	✓	39	
D. Deveres especiais de informação			
1. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira, a saber:			
a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo	✓	39	
b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar	✓	39	
c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento	✓	39	
d) Orçamento anual e plurianual	✓	39	
e) Documentos anuais de prestação de contas	✓	39	
f) Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização	✓	39	
2. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo	✓	40	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
E. Sítio da Internet			
1. Indicação do(s) endereço(s) utilizado(s), incluindo as hiperligações na divulgação dos seguintes elementos sobre a empresa			
a) Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC	✓	40	
b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões	✓	40	
c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios	✓	40	
d) Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais	✓	40	
e) Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público	✓	40	
f) Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios	✓	40	
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral (se aplicável)			
1. Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral respeitante à remuneração dessa atividade	✓	40	
2. Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade, das quais deverão constar os seguintes elementos:			
a) Associação de metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis	✓	41	
b) Modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento	✓	42	
c) Critérios de avaliação e revisão contratuais	✓	42	
d) Parâmetros destinados a garantir níveis adequados de satisfação dos utentes	✓	42	
e) Compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício	✓	43	
f) Metodologias adotadas tendo em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes ou dos utentes	✓	43	
VII. Remunerações			
A. Competência para a Determinação			
1. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade	✓	44	
2. Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	✓	44	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
3. Teor da declaração dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	✓	44	Vide também ANEXO 3
B. Comissão de Fixação de Remunerações			
1. Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio	✓	44	
C. Estrutura das Remunerações			
1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	✓	45	
2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade	✓	45	
3. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente	✓	45	
4. Explicação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento	✓	46	
5. Parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio	✓	47	
6. Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais	✓	48	
D. Divulgação das Remunerações			
1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação	✓	48	
2. Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum	✓	49	n.a.
3. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos porque tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos	✓	49	
4. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício	✓	49	
5. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade	✓	49	
6. Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral	✓	50	Vide também Cap.V. - A. 1
VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras			
1. Mecanismos implementados pela sociedade de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência	✓	51	
2. Informação sobre outras Transações:			
a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços	✓	52	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
b) Identificação das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado	✓	52	
c) Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros)	✓	52	
IX. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental			
1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	✓	53	
2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade	✓	53	
3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial			
a) Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores	✓	54	
b) Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável	✓	54	
c) Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional	✓	54	
d) Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro	✓	55	
e) Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela empresa, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional	✓	55	
f) Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo. Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactos ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.)	✓	55	
X. Avaliação do Governo Societário			
1. Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário, através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação deverá incluir:			
a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, título, ponto e página)	✓	57	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
b) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação	✓	57	
2. Outras informações: a sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas	✓	57	
Grelha de aferição do cumprimento	✓	60	
XI. Anexos		70	
1. Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2015	✓		
2. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	✓		
3. Declarações a que se refere o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	✓		
4. Declarações a que se refere o artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	✓		
5. Ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2014 (no caso do documento não se encontrar disponível em SIRIEF)	✓		

n.a. - não aplicável

VIII. Relatório e parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO

1.

Em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais cumpre ao Conselho Fiscal elaborar o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, incluindo a proposta de aplicação dos resultados, e contas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. O Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e respetivos anexos são da responsabilidade do Conselho de Administração.

2.

Durante o ano de 2015, a fiscalização na sociedade LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., foi assegurada pelo Conselho Fiscal, que integra a Vogal Revisora Oficial de Contas, conforme o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 278.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Presidente do Conselho Fiscal renunciou às sus funções em 28 de julho de 2015 não tendo ainda havido a substituição.

O Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências e no exercício das suas funções como órgão de fiscalização acompanhou de forma continuada a evolução da atividade da sociedade, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor.

No desenvolvimento dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal efetuou reuniões periódicas.

O Conselho Fiscal reuniu com a atual Presidente do Conselho de Administração, com o Diretor Financeiro e, bem assim, com diversos dirigentes responsáveis por departamentos da Sociedade.

O Conselho Fiscal contou sempre com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços da Sociedade na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções, em termos que importa salientar e cumprir agradecer.

3.

O Conselho Fiscal exerceu as suas competências em matéria de fiscalização da independência do Revisor Oficial de Contas, em cumprimento do previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, tendo a Dra. Susana Rodrigues de Jesus, apresentado ao Conselho Fiscal a declaração de confirmação da independência do Revisor Oficial de Contas.

4.

No âmbito das suas competências o Conselho Fiscal emitiu, em 6 de maio de 2015, em 27 de julho de 2015 e em 30 de outubro de 2015, os relatórios trimestrais sobre a execução orçamental, para cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 1 do Despacho n.º 14277/2008, de Sua Excelência o Ministro de Estado e das Finanças, de 14 de maio de 2008, publicado no Diário da República, II série, de 23 de maio de 2008, e do Art.º 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

5.

No final de 2015, as demonstrações financeiras da LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., evidenciam um total de balanço de 11 360 771 euros e um total de capital



próprio positivo de 3 017 282 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 6 517 euros.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório dos membros não executivos do Conselho de Administração sobre o desempenho individual do gestor executivo, datado de 9 de março de 2016, em que se concluiu que os membros não executivos consideram que a Presidente do Conselho de Administração, cumpriu, no exercício de 2015, as orientações e objetivos de gestão definidos para a empresa, tendo assinalado que foram detetadas algumas falhas nas estruturas e mecanismos de governo em vigor na empresa, que estão identificadas no Relatório de Governo Societário.

6.

Nas demonstrações financeiras de 2015 foram registados alguns factos correspondentes a eventos de anos anteriores que não se encontravam devidamente expressos, relacionados com impostos adicionais, alguns em decorrência de uma inspeção tributária concluída em 2015, e que respeitam à resolução de casos antigos, originando a reexpressão das contas da Sociedade de 2014.

Conforme pormenorizadamente consta da primeira reserva e da ênfase da Certificação Legal das Contas, não foram consideradas nas demonstrações financeiras de 2015, as responsabilidades decorrentes de um programa de pré-reformas de 2009, que se devidamente reconhecidas determinaria que a Sociedade ficasse abrangida pelo disposto no Art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais. Contudo, há um compromisso do Conselho de Administração em proceder à análise de potenciais soluções e de as propor aos acionistas, tal como descrito na nota 29 do Anexo.

Também adotamos a opinião constante da ênfase constante da Certificação Legal das Contas, atinente à continuidade da Sociedade.



7.

De acordo com o descrito no Relatório de Gestão, em 2015 a LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., foi dispensada, pelo Despacho n.º 844/15-SET, da Secretária de Estado do Tesouro, de 2 de junho, de observar o princípio da unidade de tesouraria que impõe a abertura e movimentação de uma conta junto do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P.

8.

A informação prestada no Relatório de Gestão cumpre o quadro normativo específico para as empresas que integram o Setor Empresarial do Estado, designadamente o Art.º 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, relativo ao Relatórios de boas práticas de governo societário e as Instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças sobre o processo de prestação de contas referente a 2015.

No Relatório do Governo da Sociedade, a LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., dedica um capítulo à análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental.

Em 2015 o Sítio da Internet da LUSA, assegurou a acessibilidade e a qualidade da informação disponibilizada, o que vai ao encontro dos requisitos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, em matéria de disponibilização clara, relevante e atualizada.



9.

Cumpra, igualmente, referir, de acordo com as Instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças sobre o processo de prestação de contas, que foram cumpridas as reduções das remunerações vigentes em 2015.

10.

O Conselho Fiscal apreciou o conteúdo da Certificação Legal das Contas emitida em 16 de março de 2016, pela Revisora Oficial de Contas, com duas reservas e uma ênfase.

11.

Pela análise dos documentos de prestação de contas, nos quais se inclui a proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração e, bem assim, a Certificação Legal das Contas emitida, com a qual concordamos, verifica-se que:

- a) O Relatório do Conselho de Administração descreve a evolução e o estado de gestão da Sociedade;
- b) A Certificação Legal das Contas se pronuncia sobre o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações do capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como sobre o correspondente anexo;
- c) Os documentos acima referidos satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

PARECER

Em face do exposto, o Conselho Fiscal, sem prejuízo do teor da Certificação Legal das Contas, é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove o Relatório e Contas do exercício de 2015 apresentado pelo Conselho de Administração;

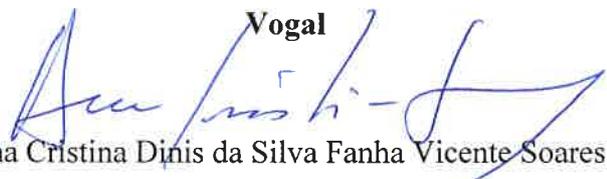


- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados que consta do Relatório apresentado pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 16 de março de 2016

O CONSELHO FISCAL

Vogal



(Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares)

Vogal



(Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus
Revisora Oficial de Contas n.º 1338)

IX. Certificação legal de contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 11 360 771,14 euros e um total de capital próprio de 3 017 281,75 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 6 516,90 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

-
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
 6. Entendo que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

RESERVAS

7. Em 2009 a Sociedade procedeu a um programa de pré-reformas, de que resultou um conjunto de obrigações de pagamento que se prolongam até 2021. Os valores nominais destas obrigações nos finais de 2014 e de 2015 eram de 4 113 480,23 e de 3 026 085,13 euros, respetivamente, a que correspondiam valores atualizados, à taxa anual de 0,5%, de 4 055 186,33 e de 2 988 038,85 euros, também respetivamente.

A Sociedade sempre registou os pagamentos de pré-reformas como custos de cada exercício, nunca tendo, pois, constituído a provisão inerente à assunção da responsabilidade.

A este assunto refere-se a Nota 29 do Anexo.

Entendo que, analisada a questão e concluindo pelo erro dos anos anteriores, as demonstrações financeiras dos anos de 2014 devem ser reexpressas e as de 2015 construídas em conformidade.

Deste modo, no passivo nos termos de 2014 e 2015 devem constar as provisões de 4 055 186,33 e de 2 988 038,85 euros, respetivamente, os resultados dos exercícios de 2014 e 2015 devem ser aumentados em cerca de 1 103 mil euros e de 1 087 mil euros, também respetivamente, por efeito direto da redução de gastos com o pessoal (montantes dos pagamentos de pré-reformas registados como gastos) e diminuídos, por efeito da consideração de gastos de juros, em 2014 e em 2015, de cerca de 20 mil euros ano. O valor dos Resultados transitados de 2014 deve ser diminuído de 4 055 186,33 euros, ficando o capital próprio da sociedade no termo daquele 2014 negativo, em cerca de 68 mil euros, tudo o resto constante. Em 2015, o valor dos Resultados transitados deve ser, por um lado, diminuído do mesmo montante e, por outro, aumentado da quantia de cerca de 1 103 mil euros, por efeito da utilização da provisão, e diminuído de cerca de 20 mil euros, por efeito da consideração de gastos de juros, sendo o capital próprio no final de 2015 positivo de cerca de 1 111 mil euros.

Não foi possível concluir pela eventual consideração de um ativo por impostos diferidos associado àquela provisão, que existirá, com o registo da mencionada provisão, no caso

de se considerar que haverá resultados positivos anuais, antes de impostos, em montantes superiores aos dos pagamentos anuais das pré-reformas (como aconteceu em 2015, sem a consideração dos pagamentos das pré-reformas como gastos do ano).

A consideração daquela provisão determina, só por si, que a sociedade fica abrangida pelo evento a que alude o Art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

8. Nas demonstrações financeiras de 2015 foi registado em Resultados transitados o valor negativo de 972 447,18 euros, conforme Notas 2.3, 5, 6 e 18.3 do Anexo, correspondente ao ajustamento do valor da provisão para juros de mora relativos ao processo de impugnação judicial em curso respeitante a IVA liquidado pelo Estado referente a 2001 e a 2002.

Trata-se, igualmente, de um erro dos anos anteriores, que implica a reexpressão das demonstrações financeiras de 2014, tendo as de 2015 ser construídas em conformidade.

A Sociedade reexpressou, relativamente a 2014, a totalidade daquele montante em Resultados transitados, quando o montante devia ser de 667 570,75 euros, estando o resultado reexpresso de 2014 sobreavaliado em 152 438,21 euros, o valor de Resultados transitados no termo de 2015 subavaliado em 152 438,21 euros e o resultado de 2015 (rubrica de Provisões do período) sobreavaliado em igual quantia.

Estes valores foram calculados pela aplicação da taxa de juros de mora anual de 5,535%% ao valor do capital alegadamente em dívida de 2 754 077,95 euros.

No sítio eletrónico da Autoridade Tributária e Aduaneira o valor global dos juros de mora é de 1 034 247,11 euros, não sendo possível reconciliar os valores.

Não é possível estimar a decisão judicial, pelo que, estando as provisões para o IVA e para os juros compensatórios e de mora considerados pela totalidade, poderá acontecer que a quantia a pagar seja inferior à que ficou a constar do passivo.

A presente reserva é de desacordo quanto ao procedimento adotado na contabilização e de limitação de âmbito quanto ao montante dos Resultados transitados.

OPINIÃO

9. Em minha opinião, exceto quanto aos efeitos das situações descritas nos parágrafos 7 e 8, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASE

10. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 9, chamo a atenção para o seguinte facto.

Como ficou referido parágrafo 7, a Sociedade, tendo em atenção as demonstrações financeiras que decorreriam da consideração das correções em falta, está abrangida pelo disposto no Art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Devo referir que, em meu julgamento não está, por este facto, em questão a continuidade da Sociedade.

Na verdade, a falta da constituição da provisão para as pré-reformas nunca determinou, nem parece implicar, qualquer quebra de produção e de atividade, devendo salientar-se que, certamente, terá sido decidido em 2009, que, no quadro das políticas públicas, os custos da reestruturação seriam cobertos pelos rendimentos (preços da prestação de serviços) dos anos seguintes, como tem acontecido (em lugar, por exemplo, de uma imediata injeção de capital pelos acionistas).

Deve referir-se que a quantia do resultado líquido exercício de 2015, quando considerada a existência da provisão para pagamento de pré-reformas, é positivo de cerca de 1 061 mil euros e que, mantendo a estrutura de preços e de produção, o resultado do exercício é de cerca de um milhão de euros (por exemplo para os anos de 2016 a 2019, a reversão da provisão é, sequentemente, de 944 mil euros, 730 mil euros, 495 euros e 385 mil euros).

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

11. É também minha opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 16 de março de 2016

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

X. Ata da reunião do Conselho de Administração

(aprovação do Relatório e Contas 2015)

ATAS

Folha 57

Ata número trezentos e oitenta e dois (382)

Aos nove dias do mês de março de dois mil e dezasseis, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu extraordinariamente na sua sede o Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., com sede em Lisboa, na Rua Dr. João Couto, Lote C, freguesia de Benfica, Pessoa Coletiva matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 503 935 107, com a presença da Presidente do Conselho de Administração, Senhora Dra. Maria Teresa Prata Macias Marques, do Vice-Presidente, Senhor Dr. João Manuel Pintado Silveira Lobo, e dos Vogais, Senhores Dr. José Carlos Barbosa Lourenço, Dr. Luís Paulo Mah Silva e Dr. Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Aprovação do Relatório e Contas e do Relatório de Governo Societário 2015

Entrando no ponto único da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração (CA) analisou a versão final do Relatório e Contas e do Relatório de Governo Societário relativos ao exercício de 2015. Foi solicitada a presença do assessor do CA, Dr. Joaquim Carreira, e do auditor da Deloitte, Dr. Tiago Esgalhado, que apresentou o resumo do trabalho de revisão simplificada às contas de 2015, reportou as situações identificadas mais significativas, e foram prestados os esclarecimentos às questões colocadas pelo CA.

O Relatório e Contas e o Relatório de Governo Societário de 2015 foram aprovados pela Presidente do Conselho de Administração, Senhora Dra. Teresa Marques, pelo Vice-Presidente, Senhor Dr. João Silveira Lobo, e pelo Vogal Senhor Dr. Luís Mah, com os votos contra dos Vogais Senhores Dr. José Carlos Lourenço e Dr. Paulo de Saldanha.

O Vogal Senhor Dr. José Carlos Lourenço proferiu a seguinte declaração para a ata:

“Este relatório expressa de forma adequada o que se passou no exercício de 2015 relativamente à gestão e às contas da Lusa, com a exceção do não registo da provisão para pré-reformados - a qual ascende a cerca de 3 milhões de euros. De acordo com informação prestada pelo representante da Deloitte, tecnicamente este registo deveria ser efetuado. Dada a materialidade desta exceção, não me é possível aprovar o relatório vendo-me igualmente impossibilitado de assinar as contas que integram este relatório.”

Usando de seguida da palavra, o Vogal Senhor Dr. Paulo de Saldanha subscreveu o voto expresso pelo Vogal Senhor Dr. José Carlos Lourenço, salientando,

JSL
JSL
JSL

ATAS

adicionalmente, que ao longo dos vários anos em que está em vigor, esta questão do registo da provisão agora colocada dos pré-reformados nunca foi tema de discussão quer em sede do CA e/ou das inspeções e fiscalizações efetuadas à LUSA e que, se tal tivesse sido colocado à data da decisão, dificilmente poderia ter sido tomada, por não haver, então, os necessários capitais próprios no balanço da sociedade. _____

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada esta ata para constar como tal e ser assinada pelos presentes. _____

- *Caricatura de Lusa*

- 

- 

- 

- 